

RELATÓRIO DE AUDITORIA

MANEJO FLORESTAL – PRINCÍPIOS, CRITÉRIOS E
INDICADORES PARA PLANTAÇÕES FLORESTAIS.
PADRÃO NORMATIVO: NBR 14.789: 2012 - CERFLOR

AUDITORIA DE RECERTIFICAÇÃO

EGIR COMERCIAL LTDA.

ESCOPO DE CERTIFICAÇÃO:

“MANEJO DE FLORESTAS PLANTADAS DE EUCALIPTO NOS SEGUINTE
MUNICÍPIOS: João Pinheiro, Paracatu e Lagoa Grande - MG”. Área total nas propriedades:
13.644 hectares.

”

Data da Auditoria: 20 a 23 de agosto de 2018

Auditor Líder: Luiz Juvêncio Cardoso Quaglia - LJJ

Bureau Veritas Certification

Av. Alfredo Egídio de Souza Aranha 100, Torre C, 4o andar.

SÃO PAULO/SP



SUMÁRIO

SUMÁRIO.....	2
RESUMO	4
1. INFORMAÇÕES GERAIS.....	5
1.1. Histórico da organização	5
1.2. Contatos na Organização para o processo de Certificação.....	5
1.3. Distribuição de Florestas Plantadas e Áreas Naturais.....	5
2. Manejo Florestal	9
2.1 Características Regionais.....	14
2.1.1. Biomas e Ecossistemas presentes.....	14
2.1.2. Geologia	16
2.1.3. Clima.....	18
2.1.4. Recursos Hídricos Disponíveis.....	18
2.1.7. Perfil e Condições Socioeconômicas das Áreas adjacentes	19
2.2 Programas Socioambientais e de Relacionamento.....	20
3. PROCESSO DE AVALIAÇÃO	21
3.1 Norma ou Padrão Normativo utilizado para avaliação	21
3.2. Identificação do OCF – Organismo de Certificação.....	23
3.3. Responsável pelo OCF	24
3.4. Descrição do Processo de Auditoria.....	24
3.4.1 Definição da Equipe de Auditoria	25
3.4.2. Planejamento de Reuniões Públicas	26
3.4.3 Planejamento e Realização da Auditoria	26
3.5 Relatório Detalhado	28
3.5.1. Resultado da Avaliação dos Princípios e Critérios Cerflor – Manejo Florestal - Egir Florestal.	28



3.5.	Relatório Detalhado	30
3.5.1.	Resultado da Avaliação dos Princípios e Critérios Cerflor – Manejo Florestal	30
3.5.3.	Lista de pessoal auditado durante toda a auditoria:	48
3.6.	Não Conformidades Registradas.....	48
3.7.	Oportunidades de Melhoria e Observações Registradas.....	49
4.2.	Reuniões Públicas.....	50
4.2.1.	Planejamento, Objetivo e Realização de Reuniões Públicas.....	50
4.2.2.	Entidades e pessoas contatadas	52
4.2.3.	Relação dos Participantes nas Reuniões Públicas.....	52
4.2.4.	Respostas aos Questionamentos de Partes Interessadas por parte da Empresa e parecer Bureau Veritas Certification – BVC.....	52
7.	ANEXOS	59
7.1.	ANEXO I: Carta Convite de Reunião Pública e Questionário enviado às partes interessadas	59
7.2.	ANEXO II: Pareceres de revisores técnicos	59
7.3.	ANEXO III: Outros documentos pertinentes	59



RESUMO

O Bureau Veritas Certification (BVC) é um organismo de certificação reconhecido pela CGCRE, que atua como organismo acreditador e é atualmente responsável por executar os procedimentos de auditorias anuais na empresa Egir Florestal. Essas auditorias são feitas para avaliar as atividades relacionadas ao à gestão florestal de acordo com os Princípios e Critérios do CERFLOR, NBR 14.789:2012.

As auditorias feitas pelos auditores do BVC durante os dias de 20 a 23 de agosto de 2018, basearam-se na adaptação do Padrão Normativo *NBR 14.789:2012 – Manejo Florestal Sustentável – Princípios, critérios e indicadores para plantações florestais* conhecido como *CERFLOR*, elaborado pela ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas.

A equipe de auditoria avaliou todos os requisitos do padrão e constatou que a empresa **Egir Comercial** atende às exigências em suas unidades de gestão. Não houve registros de situação não conformes nesta auditoria de recertificação. Foi evidenciado que o sistema de gestão florestal está sendo implementado de forma adequada nas áreas cobertas pelo escopo do certificado.

Este relatório apresenta as observações dos auditores coletadas durante as avaliações de campo, verificação das evidências na sede do escritório situado no município de João Pinheiro e as atividades com os registros da reunião de consulta pública realizada neste mesmo município no dia 22/08.



1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Histórico da organização

Identificação da Organização e das Unidades de Manejo Florestal objeto da Certificação

A Egir é uma empresa fundada em 2011 com o objetivo de adquirir, administrar e desenvolver florestas de potencial madeireiro. A estratégia consistiu em combinar recursos financeiros e conhecimento operacional de uma equipe com vasta experiência no setor, para montar uma base florestal estruturada de Eucaliptos, para múltiplo uso.

A Egir possui uma Unidade de Manejo Florestal composta de três fazendas denominadas Pontal (Lagoa Grande), Santo Aurélio (Paracatu) e Segredo (João Pinheiro), no estado de Minas Gerais. As propriedades têm área total 13.644,00 hectares sendo 3.527,00 ha de áreas nativas incluindo APPs e reservas legais.

Os produtos provenientes das florestas da Egir são destinados à produção de carvão e venda de madeira. Desta forma, a empresa movimentava também o mercado local gerando empregos diretos e indiretos.

1.2 Contatos na Organização para o processo de Certificação

Nome do RD e endereço de contato: Cristiane Madureira de Melo – Coordenadora de Certificação.

Endereço do Escritório Central: Travessa Candido Gomes 236, Centro, 4 andar, João Pinheiro, MG.

1.3 Distribuição de Florestas Plantadas e Áreas Naturais

Área total auditada: 13.644 hectares, segundo o plano de manejo de 2018, nas quais:

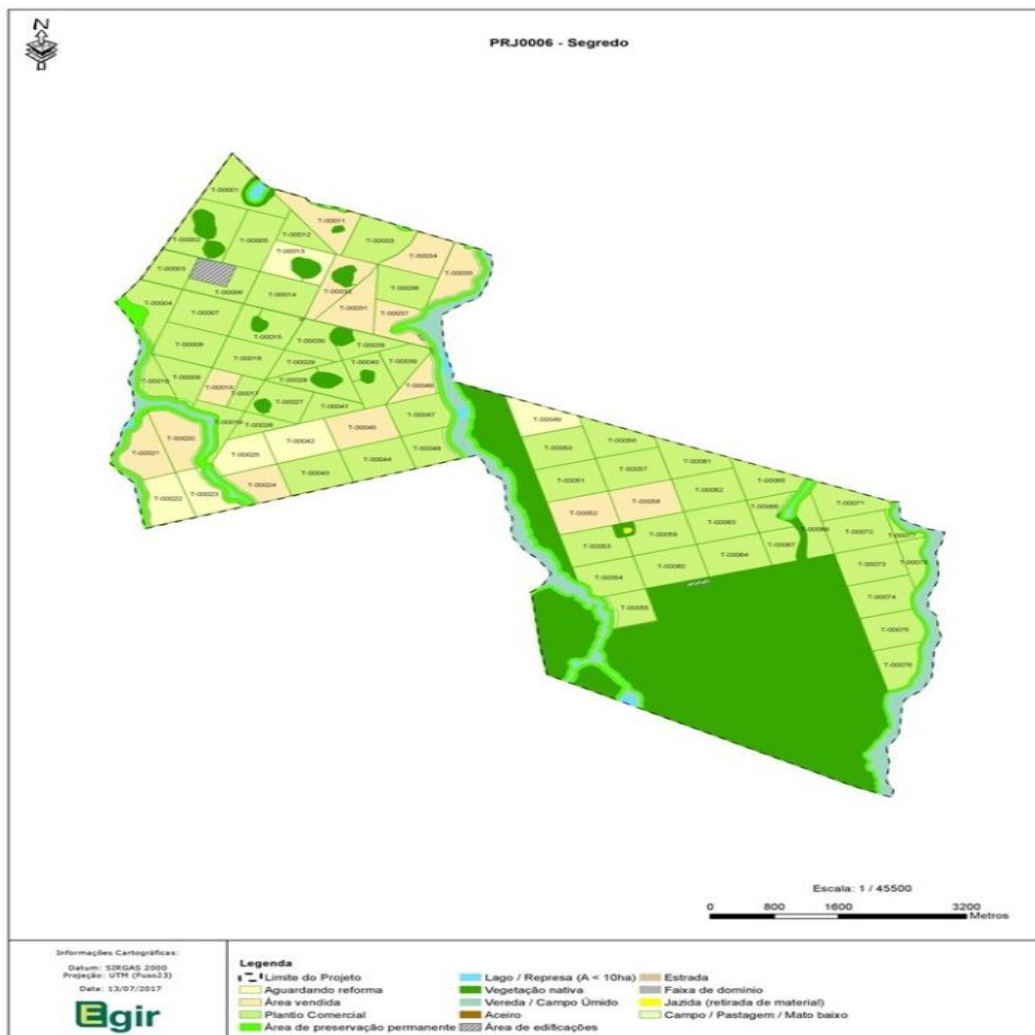
- Áreas de Manejo Florestal próprias: 13.644 hectares.
- Áreas produtivas: total: 9.542 ha
- Plantadas: Fazenda Pontal: 3.797ha.
- Plantadas: Fazenda Santo Aurélio: 2.872ha.
- Plantadas: Fazenda Segredo: 2.873ha.

Áreas destinadas à conservação/preservação (não comerciais):

- APP: Fazenda Pontal: 150 ha.
- APP: Fazenda Santo Aurélio: 117 ha.
- APP: Fazenda Segredo: 189 ha.
- Reserva Legal nas 3 fazendas: total de 2.762 ha.
- Outros: Áreas infraestrutura: 3 fazendas: total de 884ha.

1.3.1 Mapas das fazendas

Fazenda Segredo:





**BUREAU
VERITAS**

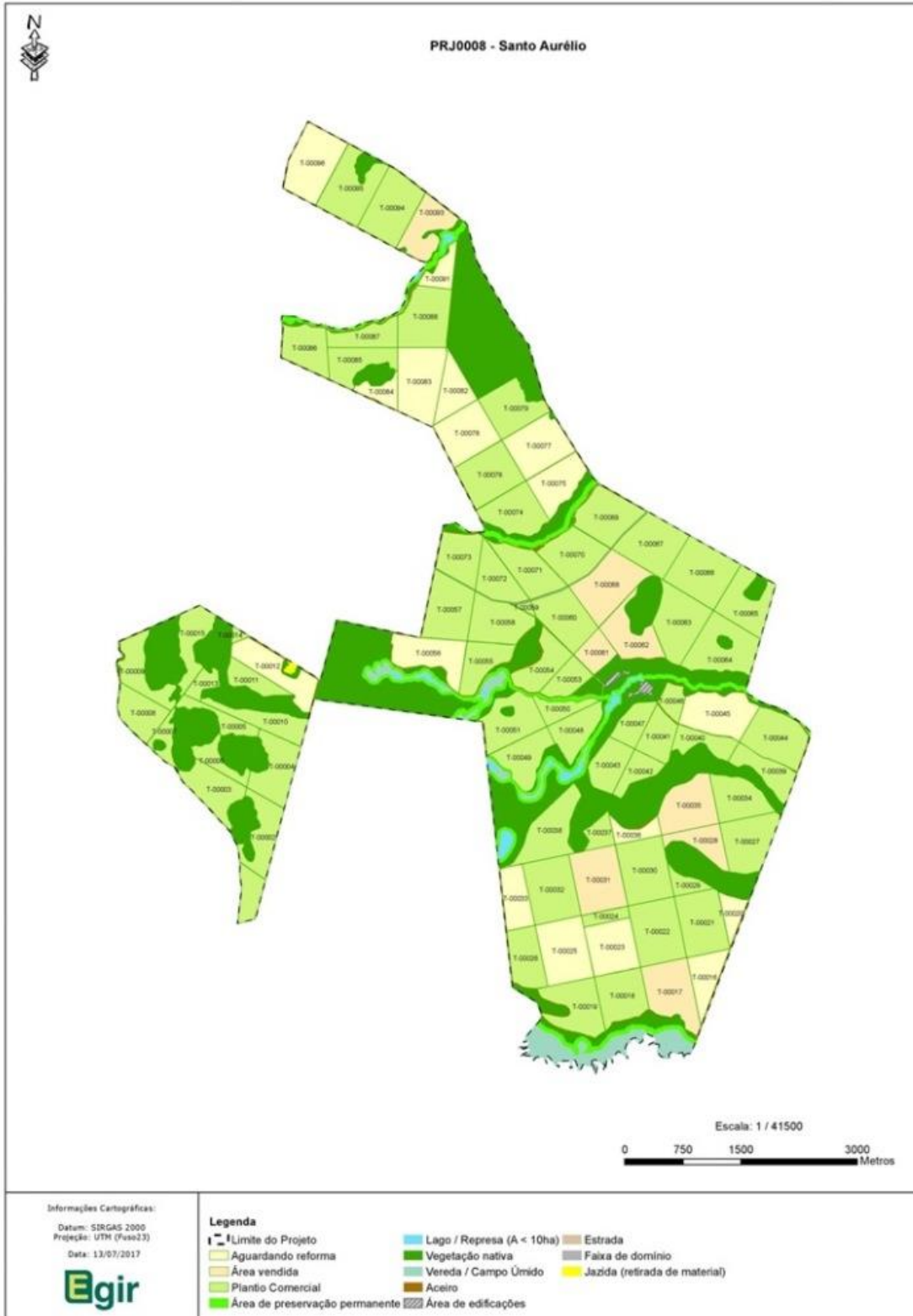
Fazenda Pontal:





**BUREAU
VERITAS**

Fazenda Santo Aurélio:





1.4 Estrutura Organizacional

A estrutura organizacional está definida com as áreas de Silvicultura, Colheita e Carbonização subordinadas à Coordenação de Operações. As responsabilidades estão definidas nas descrições de função e procedimentos operacionais e seguem a estrutura definida no organograma da empresa.

A área de Certificação tem a responsabilidade de assegurar que o sistema de gestão seja estabelecido, implementado e mantido em conformidade com os princípios, critérios e indicadores da norma NBR 14789:2012.

2. Manejo Florestal

A Egir está localizada na região Noroeste de Minas Gerais, municípios de João Pinheiro, Paracatu e Lago Grande.

Descrição das Áreas Manejadas e seus Processos

O escopo da certificação do Cerflor – NBR 14789 abrange as fazendas Pontal, Segredo e Santo Aurélio, totalizando 13.644 hectares nas propriedades desses mesmos municípios. Excluem-se do escopo da certificação as seguintes áreas:

- Fazenda Santo Aurélio, sendo o total de 5,6 hectares localizados a 17°20'23,347"S e 46°33'49,633"W;
- Fazenda Segredo, sendo 19,75 hectares localizados a 17°25'33,280"S e 46°26'10,349"W.

Processos florestais da Egir:

Silvicultura

A silvicultura é o processo que se dá com o preparo de solo, implantação ou reforma e manutenção até que a floresta esteja adulta. A empresa não possui estrutura própria para o desenvolvimento de melhoramento genético. As compras as mudas clonais ou seminais de eucalipto e as escolhas dos materiais genéticos são realizadas através de demanda de mercado e identificação dos materiais adaptados à região onde serão estabelecidas as florestas.

Para os plantios, em sua maioria são utilizados materiais clonais de Eucalipto, sendo as principais espécies: *Eucalyptus grandis*, *Eucalyptus Camaldulensis*, *Eucalyptus urophylla* e híbridos entre *E.*



grandis, *Camaldulensis* e *E. urophylla*. Os espaçamentos de plantio mais comuns são de 3,0 x 3,0 m (densidade de 1.111 árvores/ha). Também são realizados experimentos com o objetivo de acompanhar o espaçamento e desenvolvimento dos clones nos diferentes espaçamentos.

Colheita

A colheita tem como objetivo derrubar as árvores provenientes de florestas renováveis, arrastar e traçar a madeira na borda do talhão e realizar o transporte da quantidade necessária para a produção de carvão vegetal. A rastreabilidade da madeira é realizada através de romaneios que acompanham o transporte do campo para a unidade de produção de carvão; e no caso de venda, a nota fiscal.

O aproveitamento da madeira se dá por meio do processamento das toras para abastecimento da planta de produção de carvão e comercialização. Os demais resíduos como galhos, cascas e folhas permanecem nos talhões para decomposição e incorporação ao solo, contribuindo com o aumento do volume de matéria orgânica no solo. Este material também é importante na conservação do solo e recuperação de áreas. O processo de colheita está descrito no procedimento operacional listado abaixo. Esse documento fica disponível no sistema SE Suite e nas frentes de serviço.

Planejamento Florestal

O Planejamento Florestal é uma área responsável por todas as atividades voltadas ao planejamento tático e estratégico, mapeamento e inventário florestal. Além das atividades principais, presta suporte às demais áreas da empresa, provendo informações e soluções para melhorar a gestão do negócio.

O programa de plantio e colheita é realizado pela equipe de planejamento e pelo coordenador operacional em software de planejamento específico para área florestal – *Remsoft Spatial Planning System* (RSPS). O planejamento operacional é feito para o prazo de 30 anos, sendo utilizado também como base para reavaliação anual dos ativos; já o planejamento tático é realizado para o período de 5 anos, sendo base para o plano anual da área operacional e também utilizado para processo de orçamentação. A colheita das florestas de eucalipto é prevista entre 07 anos e 9 anos. A estimativa de produtividade média é de 231,4 m³/ha, com um IMA – incremento médio anual de 27 m³/ha/ano.



Inventário Florestal

O inventário florestal é realizado para a verificação do volume de madeira que a floresta possui. Existem dois tipos de inventário, contínuo e pré-corte. O inventário florestal contínuo é realizado em plantios a partir de 03 anos de idade, amostrando pelo menos 25% da área com o objetivo de acompanhar o crescimento da floresta, estimar o volume de madeira atual e projetar o volume futuro auxiliando nas tomadas de decisões da empresa.

A metodologia utilizada atualmente é de 01 amostra circular com raio de 8 m (201,06 m²) a cada 5 hectares, onde são medidos todos os DAPs, 20% das alturas e são feitos apontamentos da qualidade das árvores (normal, morta, torta, bifurcada e outras características). O inventário pré-corte, realizado por empresa especializada, determina o volume de madeira no momento da disponibilização do talhão. Nesse inventário a intensidade amostral é maior, sendo 01 unidade amostral para cada 1,5 hectares. A metodologia de coleta dos dados dendrométricos é similar ao inventário contínuo.

Mapeamento

Compreende em obter, por uso de técnicas modernas de cartografia, as dimensões e a caracterização do uso do solo. Os resultados obtidos pelo mapeamento são armazenados em banco de dados geográficos e com o uso de um GIS (Geographic Information System – Sistema de Informações Geográficas) é possível elaborar as análises geográficas necessárias para as atividades de planejamento, silvicultura, colheita, meio ambiente e outros.

Cadastro Florestal

O cadastro florestal da empresa reúne todas as informações possíveis referentes às áreas de cultivo e demais usos do solo, unificando as informações cartográficas, de inventário florestal e outras fontes de dados.

Nutrição Florestal

Com base em prescrições de fertilização elaboradas por especialistas e em experimentos realizados, a Egir utiliza um pacote de fertilização que atende as exigências nutricionais, baseando-se na relação custo benefício e buscando implantar florestas de alto crescimento.



Proteção Florestal

A Egir Comercial Ltda possui um programa de proteção florestal com manejo integrado de pragas e doenças e a prevenção de incêndios. Esse programa tem o objetivo de manter os maciços florestais saudáveis, livres de pragas, doenças e outros incidentes, garantir a segurança dos funcionários e da comunidade vizinha, e garantir ganhos de produtividade e qualidade dos plantios.

O primeiro passo do manejo integrado de pragas e doenças é o plantio de genótipos resistentes (espécies, procedências, famílias ou clones), seguido de um eficiente sistema de monitoramento para detectar em tempo hábil o agente danoso a ponto de se evitar danos irreversíveis. Além disso, o monitoramento auxilia em estudos de sazonalidade, registro de ocorrências regionais, e correlação entre surtos e condições ambientais e edáficas para cada material genético.

Quando há uma ocorrência, reporta-se à área técnica para análise e tomada de decisão. Os produtos químicos utilizados possuem registro no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Busca-se aplicar estes produtos com a melhor tecnologia disponível, visando minimizar os riscos de contaminação do ambiente e dos operadores, bem como reduzir o consumo e aumentar a eficiência de controle.

As doenças que podem ocorrer no Eucalipto no campo são inúmeras, como a murcha de *Ceratocystis*, o cancro do eucalipto (*Crypsosporthe cubensis*), a murcha bacteriana (*Ralstonia solanacearum*) e a ferrugem (*Puccinia psidii*).

Existem diversas pragas que podem atacar plantios de eucalipto, como o percevejo bronzeado e as lagartas desfolhadoras. A Egir possui um levantamento entomológico que foi realizado pela empresa Medusa Consultoria Ambiental em todas as suas fazendas. O trabalho realizado em meados de 2012 objetivou: inventariar as espécies da entomofauna; identificar e monitorar as espécies minadoras, desfolhadoras e outras consideradas pragas da silvicultura; avaliar as inter-relações da entomofauna com outros grupos, principalmente avifauna e mastofauna alada; elaborar arquivo fotográfico com as principais espécies caracterizando os bioindicadores, os de importância florestal, sócio econômica e de saúde pública; e detectar precocemente infestações e sugerir planos de manejo e controle.

Pesquisa e Desenvolvimento

Ao longo de 2012 e 2013 foram instalados diversos experimentos. Estes experimentos visam testar diferentes materiais genéticos de *Eucalipto* comparados aos materiais que a empresa já utiliza, bem



como verificar o desenvolvimento de novas espécies de potencial madeireiro. Além disso, a empresa busca testar os novos produtos que surgem no setor florestal, possibilitando assim, baixar custos e/ou aumentar a produtividade.

Manutenção da Diversidade Genética das Florestas Clonais

As vantagens do uso da propagação vegetativa em plantio operacional podem ser sintetizadas pelo:

- Potencial para capturar grande ganho genético;
- Potencial para obter grande uniformidade entre as árvores, qualidade da madeira e nas operações de colheita.

A empresa não faz uso de OGM (organismo geneticamente modificado).

Plano de Contingência Florestal

Considerando que os investimentos em floresta são realizados prevendo retorno a médio/longo prazo e durante o tempo de maturação da floresta, existe a possibilidade de eventos climáticos extremos (secas ou outros), ocorrência de pragas e doenças, ou até mesmo incêndios florestais de grande escala, a Egir procura realizar as suas plantações florestais na forma de “mosaicos”. Estes mosaicos são plantios de diversos materiais genéticos, de forma intercalada dentro de grandes blocos e divididos por aceiros internos, diversificando o tipo de material, assim como as idades, de forma a garantir que, em um eventual evento de grande magnitude - seja ele praga, doença vento ou incêndio, não haja perda significativa de um único material, ou até mesmo de diversos deles, e se vier a ocorrer, será apenas em parte da fazenda. Desta maneira, haverá sempre a garantia de crescimento ordenado e fornecimento contínuo de todos os materiais genéticos plantados na fazenda, para atender as demandas internas e comercialização de madeira.

Prevenção e Combate a Incêndios Florestais

Incêndio florestal é todo fogo sem controle que incide sobre qualquer forma de vegetação, podendo ter sido provocado pelo homem (de forma intencional ou negligência) ou intempéries (raio). A prevenção a incêndios florestais compreende um conjunto de atividades que procuram reduzir a probabilidade do incêndio, iniciar e limitar sua propagação. A proteção de uma formação vegetal inicia com os trabalhos de prevenção. A melhor maneira de se combater um fogo é prevenindo-o,



sendo um trabalho em operação, ação e manutenção, uma vez que é considerado como o mais importante no tocante a incêndios florestais.

A prevenção dos incêndios por causas humanas é realizada através da educação da população, da aplicação de legislação efetiva e de outras medidas, como a fiscalização. Quando o incêndio já está ocorrendo, procura-se utilizar técnicas adequadas, principalmente, para manejar o material combustível e impedir ou dificultar através de aceiros a sua propagação. Como forma de prevenção a incêndios florestais, anualmente, são feitas as manutenções de todos os aceiros internos e externos, reduzindo assim, no caso de incêndio, a possibilidade do fogo passar de um talhão para o outro. Além disso, os pontos de coleta d'água foram planejados e estão bem distribuídos dentro das áreas da empresa. Como medida de contingência, todos os colaboradores são treinados no Plano de Atendimento à Emergência. São realizados simulados para testar a eficácia do treinamento.

2.1 Características Regionais

Caracterização da Região Noroeste de Minas Gerais

O Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE) divide Minas Gerais em 12 mesorregiões e 66 microrregiões. De acordo com o órgão, este sistema de divisão tem aplicações importantes na elaboração de políticas públicas e no subsídio ao sistema de decisões quanto à localização de atividades econômicas, sociais e tributárias. Contribuem também, para as atividades de planejamento, estudos e identificação das estruturas espaciais de regiões metropolitanas e outras formas de aglomerações urbanas e rurais.

As 12 mesorregiões estabelecidas pelo IBGE para Minas Gerais são as seguintes: Noroeste de Minas, Norte de Minas, Jequitinhonha, Vale do Mucuri, Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, Central Mineira, Metropolitana de Belo Horizonte, Vale do Rio Doce, Oeste de Minas, Sul e Sudoeste de Minas, Campos das Vertentes e Zona da Mata.

2.1.1. Biomas e Ecossistemas presentes

A cobertura vegetal de Minas Gerais pode ser resumida em quatro tipos (biomas) principais: Mata Atlântica, Cerrado, Campos de Altitude ou Rupestres e Mata Seca. Diversos fatores, entre eles, o clima, o relevo e as bacias hidrográficas são predominantes na constituição da vegetação regional.



Em Minas Gerais, predomina a vegetação de Cerrado, que aparece em cerca de 57% do Estado, especialmente nas bacias dos rios São Francisco e Jequitinhonha. As estações: seca e chuvosa são bem definidas. A vegetação compõe-se de gramíneas, arbustos e árvores. Abriga importantes espécies da fauna: tamanduá, tatu, anta, jiboia, cascavel e o cachorro-do-mato, entre outras. Algumas delas estão ameaçadas de extinção, como é o caso do lobo-guará, do veado-campeiro e do pato-mergulhão.

A Mata Atlântica ocupa o segundo lugar em Minas Gerais. A vegetação é densa e permanentemente verde com elevado índice pluviométrico (chuvas) nessas regiões. As árvores têm folhas grandes e lisas. Encontram-se neste ecossistema muitas bromélias, cipós, samambaias, orquídeas e líquens. A biodiversidade animal também é muito grande na Mata Atlântica, com imensa variedade de mamíferos (macacos, preguiças, capivaras, onças), de aves (araras, papagaios, beija-flores), de répteis, de anfíbios e diversos invertebrados.

O Campo de Altitude ou Rupestre caracteriza-se por uma cobertura vegetal de menor porte com uma grande variedade de espécies, com predomínio da vegetação herbácea, na qual os arbustos são escassos e as árvores raras e isoladas. É encontrado nos pontos mais elevados das serras da Mantiqueira, Espinhaço e Canastra. Na fauna, aparecem raposas, veados, micos, capivaras e cobras, entre outros.

A Mata Seca aparece no Norte do Estado, no vale do rio São Francisco. As formações vegetais deste bioma se caracterizam pela presença de plantas espinhosas, galhos secos e poucas folhas na estação seca. No período de chuvas, a mata floresce intensamente, apresentando grandes folhagens. A vegetação é muito rica. As imponentes barrigudas, ou embarés, são as principais árvores. Também se destacam pau-ferro, ipês e angicos. Na fauna, podem ser observadas a ariranha, a onça pintada, a anta, a capivara e a águia pescadora.

As variedades de forma de relevo em Minas Gerais, juntamente às especificidades de solo e clima, proporcionam paisagens muito variadas, recobertas por vegetações características, adaptadas a cada um dos inúmeros ambientes particulares pertencentes ao Cerrado e Mata Atlântica.

O Cerrado Campo Limpo possui fitofisionomia herbácea, com poucos arbustos e nenhuma árvore, encontradas junto às veredas, olhos d'água e em encostas e chapadas. Pode ser classificado em Campo Limpo Seco, quando ocorre em áreas onde o lençol freático é superficial.

As áreas de Campo Limpo são ricas em espécies herbáceas ornamentais. O Cerrado Campo Sujo é uma fisionomia herbáceo-arbustiva com arbustos e subarbustos espaçados entre si, sobre solos rasos que podem apresentar pequenos afloramentos rochosos ou solos mais profundos, mas pouco



férteis. Da mesma forma que o campo limpo varia com a umidade do solo e topografia, podendo ser classificado como Campo Limpo Sujo Úmido e Campo Sujo Seco.

As veredas são Áreas de Preservação Permanente, protegidas por lei. São responsáveis por uma parte significativa do abastecimento dos mananciais que formam os rios na região do cerrado. No caso de Minas Gerais ocorrem principalmente no oeste e norte do estado, sendo responsáveis pela formação de inúmeros afluentes do rio São Francisco.

Na região Noroeste de Minas Gerais, onde estão localizadas as fazendas da empresa EGIR predomina o bioma Cerrado. As fazendas Segredo, Pontal e Santo Aurélio possuem diferentes formas fisionômicas de cerrado, como campo limpo, campo sujo e o cerrado sentido restrito que ocupam áreas mais secas, com graus variados de fertilidade do solo.

2.1.2. Geologia

A Região Noroeste se insere na faixa de dobramentos Brasília e abrange pequena porção de uma unidade geotectônica maior, pré-brasiliana, denominada Cráton São Francisco. Em relação aos aspectos estruturais (CETEC 1981), a região se caracteriza por uma porção central de plataforma estável, limitada a leste e oeste por zonas de deformações marginais. Por plataforma estável entende-se a área cratônica em que as rochas pré-cambrianas se apresentam, de modo geral, sub-horizontais e com evidências de deformações moderadas, mas com certo grau de metamorfismo. Todavia, em alguns locais dessa plataforma, as rochas refletem reativações de falhas do embasamento cristalino. As zonas de deformações marginais apresentam dobras e falhas inversas com planos, aproximadamente, paralelos aos limites Sul e Oeste do Cráton do São Francisco.

A passagem das formações cristalinas e proterozóicas para os calcários, ardósias e folhelhos (do Grupo Bambuí) é feita através de relevos suaves, sub-horizontais, recobertos pela vegetação de Campos Cerrados. Há ocorrência de calcário, arenitos, xistos e ardósia. Com o calcário aparecem dolinas, vales secos, drenagem subterrânea e grutas, enquanto os arenitos são responsáveis pelas cornijas que aparecem nos vales de paredes abruptas; já os xistos e ardósias explicam o modelado suave.

Caraterísticas dos solos

Na Região Noroeste, os latossolos são solos predominantes. Os latossolos são altamente intemperizados e têm como característica mais importante, para fim de diagnóstico, a presença de horizonte óxido, dominado por óxidos de ferro e alumínio.



A ação do tempo e a perda de nutrientes pela lixiviação deixam estes solos deficientes em bases. Seu teor de argila é geralmente bom, mas pouco ativo. Estes solos caracterizam-se por serem profundos, mais que 2 m e forte a moderadamente drenados. Em sua grande maioria, os latossolos apresentam baixa fertilidade natural e pH baixos (ácidos a fortemente ácidos). Ainda, estes solos possuem alta saturação de alumínio que pode reduzir o desenvolvimento do sistema radicular da planta.

Os valores de concentração de fósforo, cálcio e potássio encontram-se abaixo do crítico e a adubação é obrigatória para o sucesso do plantio. A deficiência de micronutrientes, dentre eles o boro, se apresenta durante o inverno e sua adição é fundamental nas áreas jovens nos primeiros 3 anos de desenvolvimento. Em termos geológicos, Paracatu, João Pinheiro e Lagoa Grande situam-se no encontro de dois domínios tectônicos bem diferenciados: a leste, em direção ao centro do cráton do S. Francisco, o domínio das coberturas sedimentares plataformais do Supergrupo São Francisco, indeformadas e a oeste o domínio das sequências tectonizadas e metamorizadas do Gr. Canastra (filitos e quartzitos). Esta região é cortada por falhamentos de grande extensão incluindo lineamentos geofísicos magnéticos da ordem de várias centenas de quilômetros e de evidente significado regional. Nessa região ocorrem importantes jazidas de chumbo e zinco (Vazante), ouro (Paracatu), ocorrências de fluorita, barita, fosfato, cobre. A separação desses domínios a luz dos conhecimentos geológicos atuais ocorre através de falhamentos de direção geral norte-sul. Esses falhamentos limitam as rochas supracrustais argilo-carbonáticas do Gr. Bambuí separando-as das rochas do Grupo Vazante formada por quartzitos, filitos, calcários e ardósias que hospedam em suas descontinuidades as jazidas acima citadas.

A bacia hidrográfica do Alto rio Paracatu, corresponde nas suas baixadas (Vão do rio Paracatu) à área de ocorrência de rochas do Subgrupo Paraopeba (PINTO, C.P., et al.1999) que se apresenta ali com (SAPUCAIA JR, M.,1986) intercalações de estratos médios e finos de siltitos e argilitos sílticos com rochas carbonáticas. Essas rochas formam o substrato de camada coluvial e de terraços denominados genericamente de Coberturas Indiferenciadas (Qphi) de idade possivelmente pleistocênica. Aí ocorrem espalhadas depressões do tipo dolina, ativas em alguns casos ou depressões na cobertura detrítica causadas por abatimentos cársticos provavelmente devidos a existência de uma dolina soterrada ou em evolução.

A área de influência encontra-se localizada sobre o domínio dos grupos:

- Quaternário: Sedimentos Inconsolidados – Argilas, Cascalhos, Areias.
- Terciário Quaternário: Sedimentos Detríticos laterizados ou não ou sedimentos Detríticos laterizados ou não mais antigos.



2.1.3 Clima

A Região Noroeste apresenta clima megatérmico chuvoso do tipo Aw (IGAM 2006). Trata-se de um clima tropical chuvoso típico, com temperaturas elevadas e precipitação de oscilação unimodal concentrada no período de outubro a abril, quando chove em média 93% do total anual (Mulholland 2009), sendo o mês de outubro marcado pelo início do ciclo chuvoso como também pelo ligeiro aumento das temperaturas e umidade relativa do ar na região. O mês de dezembro apresenta-se ligeiramente mais chuvoso. Os totais precipitados normais do período chuvoso variam entre 900 mm e 1.350 mm. Existem duas estações bem estabelecidas no ano, o período seco que compreende os meses de abril a outubro e o período chuvoso de novembro a março, quando chove em média 93% do total anual.

A temperatura média anual aumenta em apenas 2°C. (de 22°C a 24°C), obedecendo o controle topográfico, sem variações latitudinais significativas. A umidade relativa do ar média anual aumenta, de 69% para 79,4%; a insolação média anual é crescente, com 2.106,8 horas em Paracatu e com 2.596, 1,0 hora em João Pinheiro. A nebulosidade é decrescente, com média de 5,7 décimos de céu descoberto em Paracatu e 5,2 décimos em João Pinheiro e Bonfinópolis. As taxas de evapotranspiração potencial são crescentes, de 1000 mm para 1350 mm.

Na região Noroeste, a distribuição das temperaturas máxima e mínima se mostra elevada, com valores superiores a 27 graus em todo o período chuvoso, sendo os meses de setembro e outubro.

2.1.4. Recursos Hídricos Disponíveis

A Unidade de Manejo Florestal está localizada na bacia do Rio Paracatu que por sua vez é o maior afluente individual do Rio São Francisco. Situado no Médio São Francisco drena uma área de aproximadamente 45.600 km², sua nascente localiza-se na serra de São Brás e tem aproximadamente 300 km de trecho navegável. Os recursos hídricos regionais são representados pelos rios Paracatu e Prata com seus tributários, que percorrem formações de galeria e ciliares de diferentes densidades e dimensões.

A palavra Paracatu origina-se do Tupi-guarani cujo significado é “rio bom”, aproximadamente 92% desta bacia está no estado de Minas Gerais o restante cerca de 5% no estado de Goiás e 3% no Distrito Federal. Nesta bacia a agricultura tem um papel preponderante sendo muito rentável com destaque para a cultura da soja e o milho, estas culturas ocorrem em grandes projetos de irrigação com destaque para o Pivô Central. Esta demanda já compromete a vazão mínima prevista na legislação mineira nos meses mais críticos, refletindo em conflitos entres os usuários da bacia nos períodos mais críticos da seca.



A Bacia Hidrográfica do Rio Paracatu localiza-se entre os paralelos 15°30' e 19°30' de latitude sul e os meridianos 45°10' e 47°30' de longitude oeste. Encontra-se quase totalmente dentro do Estado de Minas Gerais (Região Noroeste), com pequenas áreas de topo adentrando no Estado de Goiás e no Distrito Federal. A bacia limita-se, ao sul, com a bacia do Rio Paranaíba; a oeste, com a Bacia do Rio São Marcos, afluente do Rio Paranaíba; a leste, com as bacias do Rio Formoso e Jatobá, afluentes do São Francisco; e, a norte, com a Bacia do Rio Urucuia, também afluente do São Francisco.

A Bacia do Rio Paracatu possui 45.154 km², sendo a maior bacia dentre os afluentes diretos do Rio São Francisco. As principais sub-bacia do Rio Paracatu são, pela margem direita, a do Rio da Prata, com 3.750 km², e a do Rio do Sono, com 5.969 km²; pela margem esquerda, as bacias do Rio Escuro, com 4.347 km², do Rio Preto, com 10.459 km² e a do Ribeirão Entre Ribeiros, com 3.973 km². Os usos preponderantes da água na bacia do rio da Prata são: o abastecimento para consumo humano, a dessedentação de animais e a agricultura irrigada, sobretudo, de hortaliças e plantas frutíferas.

2.1.7. Perfil e Condições Socioeconômicas das Áreas adjacentes

- Município de João Pinheiro / MG – Fazenda Segredo. Segundo dados IBGE, censo 2010, João Pinheiro é o maior município em extensão territorial do estado de Minas Gerais, com área de 10.727 km². Foi fundado em 1911 e está distante 380 km da capital de Minas Gerais, Belo Horizonte e à 330 km da capital federal, Brasília. A economia local gira em torno do agronegócio, com destaque para o manejo agroflorestal e exploração sucroalcooleira.

- Município de Lagoa Grande / MG – Fazenda Pontal. Lagoa Grande tem sua economia baseada na atividade agropecuária, principalmente na produção de leite e derivados, com área de 1.219,891 km². Foi emancipada em 1992 e está distante 507 km de Belo Horizonte/ MG.

- Município de Paracatu/ MG – Fazenda Santo Aurélio. Paracatu foi fundado em 1798 e está distante 480 km de Belo Horizonte/ MG. É uma cidade com 8.229,595 Km² (IBGE, 2010), ainda com importante riqueza mineral e em total exploração. O fluxo de negócios e a presença de universidades na região atraem viajantes a trabalho e jovens para o município. Na área rural, a agricultura familiar ainda é importante fonte de renda.



2.2 Programas Socioambientais e de Relacionamento

Os projetos sociais são realizados de acordo com os aspectos socioeconômicos e ambientais identificados e suas abrangências. Visto que na região da fazenda não existe comunidade próxima, as ações são direcionadas para funcionários, famílias dos funcionários que residem na fazenda e comunidade escolar da região.

Os projetos são realizados com o objetivo de colaborar com a geração de trabalho e renda; ações sociais e conscientização ambiental.

Projetos sociais desenvolvidos em 2017 e 2018:

- **Projeto Reciclagem:** Ente projeto envolve os funcionários e comunidades, com doação de resíduos recicláveis gerados pela empresa para cooperativas de catadores de resíduos;
- **Educação Ambiental – Datas Ecológicas:** Funcionários e alunos das escolas Rurais (localizado nas fazendas), com realização de palestras, apresentação de vídeos, distribuição de panfletos sobre datas ambientais comemorativas;
- **Natal Solidário –** Este projeto envolve as crianças das escolas rurais e instituições carentes, com realização de campanhas internas de doação de brinquedos e alimentos para instituições sem fins lucrativos;
- **Projeto Boas Práticas no Campo,** para vizinhos e comunidade próxima às fazendas. Objetivo: Fornecer treinamento de brigada de incêndio - Corpo de Bombeiros; NR 31 - Téc. segurança. Convidar vizinhos e fazer dia de campo;
- **Projeto Circuito Cultural,** com partes interessadas nas comunidades vizinhas, escolas; etc. Objetivo: Resgate da cultura da regional através de peças teatrais, musicais, danças, festas religiosas e folclóricas, folia de reis, etc.
- **Projeto Semeando,** com partes interessadas para os alunos de escolas públicas/comunidade, com atividades de plantio de mudas pelas crianças das escolas.

Com o intuito de manter espaço para dialogo com partes interessadas, a empresa Egir, disponibiliza:

- Para chamadas de emergência o telefone 0800 940 4242;



- O canal confidencial, caso queira comunicar uma violação 0800 777 0772 / Canalconfidencial@canalflorestal.com.br
- Telefone do escritório de João Pinheiro 038 3361 0800.

Todas as demandas recebidas nos diversos meios de comunicação são concentradas no setor administrativo, que repassa para as áreas afins, para tratamento e retorno das demandas.

3. PROCESSO DE AVALIAÇÃO

3.1 Norma ou Padrão Normativo utilizado para avaliação

O processo de avaliação foi efetuado com base no Escopo de Certificação descrito acima, conforme o Padrão Normativo **NBR 14.789:2012 – Manejo Florestal Sustentável – Princípios, critérios e indicadores para plantações florestais** conhecido como **CERFLOR**, elaborado pela ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas.

A ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas – é uma entidade não governamental, sem fins lucrativos, reconhecida pelo Conmetro como Fórum Nacional de Normalização. A ABNT é o organismo responsável pelo processo de elaboração e revisão das normas do Programa Cerflor.

As Normas Brasileiras, cujo conteúdo é de responsabilidade dos Comitês Brasileiros (ABNT/CB) e dos Organismos de Normalização Setorial (ABNT/ONS), são elaboradas por Comissões de Estudo (CE), formadas por representantes dos setores envolvidos, delas fazendo parte: produtores, consumidores e partes interessadas (universidades, laboratórios, organizações não governamentais e outros). Os Projetos de Norma Brasileira, elaborados no âmbito dos ABNT/CB e ABNT/NOS, circulam para Consulta Pública entre os associados da ABNT e demais interessados.

A Norma **NBR 14.789:2012** foi elaborada pela Comissão de Estudo Especial Temporária (CEET) de Manejo Florestal, formada por especialistas brasileiros representantes dos setores envolvidos. A revisão de 2012 da norma circulou em consulta nacional durante o ano de 2011 e 2012. Esta edição cancela e substitui a edição anterior de 2007.

O Padrão Normativo aqui utilizado faz parte do Sistema Brasileiro de Certificação, em que o CGCRE estabelece as regras para o processo de Certificação.



Em 19 de outubro de 2005 o CERFLOR passou a ser reconhecido pelo Programme for the Endorsement of Forest Certification (PEFC). O PEFC é um conselho sem fins lucrativos, que atua de forma independente, tendo sido fundado em 1999 com o objetivo de promover o manejo florestal sustentável em todo o mundo.

Atualmente conta com 25 sistemas de certificação florestal reconhecidos que passaram por avaliações técnicas. No Brasil o reconhecimento se deu por intermédio da CGCRE, que atua como organismo acreditador, estabelecendo regras específicas para o sistema de certificação do CERFLOR. Maiores informações podem ser obtidas pelo website www.pefc.org.

O CERFLOR contempla um conjunto de princípios, critérios e indicadores, incluindo requisitos ambientais e sociais, a serem atendidos pela organização auditada. No processo de avaliação todos os requisitos normativos são verificados nas unidades de manejo, objeto da certificação.

São ao todo 05 (cinco) Princípios, relacionados às atividades de manejo florestal, como indicado a seguir:

Princípio 1: Cumprimento da Legislação;

Princípio 2: Racionalidade no uso dos recursos florestais a curto, médio e longo prazos, em busca da sua sustentabilidade;

Princípio 3: Zelo pela diversidade biológica;

Princípio 4: Respeito às águas, ao solo e ao ar;

Princípio 5: Desenvolvimento ambiental, econômico e social das regiões em que se insere a atividade florestal.

Os princípios estabelecidos nesta norma constituem a referência para o manejo florestal.

De acordo com o estabelecido no próprio padrão normativo NBR 14789:2012, destacamos que:

“Os princípios são desdobrados em critérios, que são a expressão dos requisitos que descrevem os estados ou dinâmicos de um ecossistema florestal e do sistema social a ele associado”.

“A verificação do cumprimento de cada critério é estabelecida mediante a avaliação do atendimento de um conjunto de indicadores específicos, que podem ser quantitativos ou qualitativos”.

“Dependendo da localização e da finalidade da unidade de manejo florestal, nem todos os indicadores serão aplicáveis. Contudo será sempre necessário avaliar todos aqueles pertinentes à situação local”.



3.2. Identificação do OCF – Organismo de Certificação

O BUREAU VERITAS CERTIFICATION (BVC) está credenciado pela CGCRE para realização de certificações de manejo de florestas plantadas com base na norma NBR 14789:2012, podendo emitir certificados com a logomarca deste organismo credenciador.

O objetivo do BVC é realizar serviços de certificação com alta credibilidade, sendo este o motivo pelo qual optou em realizar tais certificações de acordo com os requisitos do Sistema Brasileiro de Certificação.

Dados para Contato

Escritório São Paulo:

BUREAU VERITAS CERTIFICATION (BVC)

Sr. Lucia Nunes: Certification Technical Manager

Av. Alfredo Egídio de Souza Aranha 100, Torre C, 4º andar.

CEP: 04726-170, SÃO PAULO/SP

Fone: (0**11) 2655-9000

Fax: (0**11) 2655-9000

E-mail: lucia,nunes@br.bureauveritas.com



3.3. Responsável pelo OCF

BUREAU VERITAS CERTIFICATION (BVC)

Sr José Cunha (Diretor de Certificação)

Av. Alfredo Egídio de Souza Aranha 100, Torre C, 4º andar.

CEP: 04726-170, SÃO PAULO/SP

Fone: (0**11) 2655-9000

Fax: (0**11) 2655-9000

E-mail: jose.cunha@br.bureauveritas.com

3.4. Descrição do Processo de Auditoria

Processos Auditados	Detalhamento das evidências
Gestão da CoC	Aspectos e impactos ambientais, obrigações legais, terras, documentação, plano de manejo, biodiversidade, monitoramentos de fauna, flora e recursos hídricos.
Silvicultura	Área de vivência, documentação legal, roçada manual de entrelinhas de plantio, combate a formigas e aplicação de herbicidas mecanizada.
Colheita	Área de vivência, documentação, operação de baldeio, carregamento e transporte de madeira, monitoramentos, cuidados ambientais e verificação das condições das áreas adjacentes de APP.
Programas Sociais e Partes Interessadas	Projetos sociais e partes interessadas; Verificação do andamento de projetos e comunicação com as partes interessadas.
Adubos, Agrotóxicos e Resíduos.	Armazenamento, manejo, aplicação e destinação final na Fazenda Pontal.
Recuperação Ambiental	Recuperação de áreas degradadas (cascalheiras), reserva legal (relocação) e áreas de preservação permanente.



O processo de auditoria de certificação do CERFLOR compreende:

- Planejamento inicial da auditoria;
- Planejamento e realização das reuniões públicas;
- Definição da equipe de auditoria;
- Avaliação documental quanto ao atendimento do CERFLOR;
- Avaliações de campo quanto ao atendimento do CERFLOR;
- Emissão e publicação do relatório de auditoria;
- Planejamento de auditoria complementar e/ou de Follow-up (caso pertinente);
- Apreciação do processo de auditoria por parte da Comissão de Certificação;
- Emissão de relatório final após avaliação de ações corretivas (caso pertinente) e demais questões pertinentes.

Adicionalmente em uma auditoria de certificação deve ser realizada uma auditoria inicial (de 1ª fase), com o objetivo de avaliar o plano de manejo, a legalização das unidades de manejo e demais documentações requeridas pela NBR 14789.

3.4.1 Definição da Equipe de Auditoria

A seguinte equipe foi designada para a realização desta auditoria:

Nome	Função na Equipe	Formação Acadêmica
Luiz Juvêncio Cardoso Quaglia	Auditor líder	Biólogo (UFBa.), Lic. BSc, MSc em Ecologia e Biomonitoramento, Pós-grad. (latu senso) em Tec. Ambiental em Indústrias Florestais, Auditor da Qualidade (ISO 9001), Meio Ambiente (ISO 14001), OHSAS 18001, CERFLOR (NBR 14789 e 14790), FSC CoC e MSC CoC;
Nelson Luiz Bastos	Auditor	Eng. Florestal, Auditor de Meio Ambiente (ISO 14001), CERFLOR (NBR 14789 e 14790), FSC Manejo e CoC, Relatório de Sustentabilidade GRI;



3.4.2. Planejamento de Reuniões Públicas

As reuniões públicas têm como objetivo identificar recomendações, questionamentos, denúncias e demais demandas das partes interessadas, referentes aos princípios do CERFLOR, permitindo ao Bureau Veritas Certification avaliar, durante o processo de auditoria, as questões relevantes registradas.

É importante esclarecer que a empresa auditada não participa ativamente das reuniões em função do objetivo destas. Nesta auditoria de recertificação foi realizada reunião de consulta pública na entidade Universidade local de João Pinheiro, no dia 22 de agosto de 2018 às 19:30h, com a participação de 14 pessoas da região.

3.4.3 Planejamento e Realização da Auditoria

De acordo com o Escopo de Certificação pretendida, foram executadas as seguintes atividades: análise de documentação, verificações em campo, entrevistas com colaboradores da empresa, prestadores de serviços e partes interessadas.

Foi também avaliado o parecer da empresa sobre os questionamentos, recomendações e comentários das partes interessadas, enviados através de questionários específicos do CERFLOR e identificados nas Reuniões Públicas, referentes ao manejo florestal da empresa frente os critérios do CERFLOR.

Como todo o processo de Auditoria, as avaliações ocorreram conforme plano de auditoria estabelecido previamente, considerando o tamanho e complexidade das atividades da empresa e caráter amostral de um processo de auditoria.



PLANO DE AUDITORIA - EGIR FLORESTAL - CERFLOR - RECERTIFICAÇÃO - 20 a 23/08/2018

Auditores/dias da semana	Auditor líder : Luiz Quaglia - LJQ	Auditor 2: Nelson Bastos - NMB	
20/08/2018 - Segunda-Feira - Manhã e Tarde.	a - Viagem dos auditores de Brasília até João Pinheiro - MG, com duração de 4 horas aprox. b - Reunião de Abertura em João Pinheiro (15:00h aproximadamente). c - Verificação do planejamento das atividades de campo, ajustes da programação de auditoria e preparação da Reunião de Consulta Pública no dia 22/08, quarta-feira, à noite em João Pinheiro.		
21/08/2018 - Terça-Feira: Sede da Egir em João Pinheiro	Auditoria de documentação na sede em João Pinheiro		
	08:00 - 12:00	Princípio 1 - Requisitos legais. Critérios 1.1, 1.2 e 1.3 - Requisitos Legais: Situação Fundiária, Conflitos, Licenças, Recolhimentos de Impostos, Requisitos dos trabalhadores Rurais, Saúde e Segurança. PCMSO, PPRA. Princípio 2. Critérios 2.1 - Aspectos e Impactos e 2.2 - Plano de Manejo e 2.3 e 2.4 - Rastreabilidade da madeira.	
	12:00:00 - 13:30	Almoço em João Pinheiro	
	13:30 - 17:00	Continuação do Princípio 1. Legislação e outros. Princípio 3 - Monitoramento da Fauna e Flora. Avaliação do levantamento de florestas com alto valor de conservação; (critérios 3.1;3.2;3.3;3.4;3.5; e 3.6) Princípio 4 - Monitoramento dos recursos hídricos, resíduos e emissões atmosféricas. (critérios 4.1; 4.2; 4.3 e 4.4) -Relacionamento com partes interessadas: Princípio 5 - Visita ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de João Pinheiro (Critérios 5.1 e 5.2)	
17:00	Retorno para hotel em João Pinheiro		
22/08/2018 - Quarta-Feira: Atividades de campo e reunião pública	08:00:00 - 16:00	Princípios 1, 2, 3, 4 e 5 - Atividades Florestais - Silvicultura e Colheita nas Fazendas Pontal, Segredo e Santo Aurélio. Verificação das evidências dos programas sociais e comunicação com partes interessadas; Princípios 1, 2, 3, 4 e 5 - Atividades Florestais - Silvicultura e Colheita nas Fazendas Pontal, Segredo e Santo Aurélio. Verificação das evidências dos programas sociais e comunicação com partes interessadas;	
	17:00	Retorno para hotel em João Pinheiro para preparação da Reunião de Consulta Pública	
	19:00	Realização da reunião de consulta pública - Local a ser definido pela equipe de gestão florestal da Egir	
23/08/2018 - Quinta-feira: Atividades de Escritório e encerramento da auditoria	08:00:00 - 10:00	Alinhamento de informações, verificação de documentação pendente. Feed back para a equipe auditada. Preparação da reunião de encerramento.	
	10:30	Reunião de Encerramento	
	11:00	Viagem de retorno para Brasília - Almoço em restaurante durante deslocamento para Brasília	
	16:00	Viagem dos auditores para as suas bases de origem - Salvador	Viagem dos auditores para as suas bases de origem - São Paulo



3.5 Relatório Detalhado

Esta seção demonstra as evidências coletadas pela equipe de auditoria durante o processo de avaliação nos dias 20 a 23 de agosto de 2018. A abordagem de auditoria ocorreu com metodologia amostral nos processos da organização, de acordo com um plano de trabalho previamente elaborado e acordado com a gestão florestal da organização Egir Comercial Ltda. Em cada processo auditado foi dada ênfase aos princípios e critérios do CERFLOR pertinentes, conforme demonstrado abaixo.

3.5.1. Resultado da Avaliação dos Princípios e Critérios Cerflor – Manejo Florestal - Egir Florestal.

Na verificação das evidências de atendimento ao Princípio 1 (Cumprimento da legislação), o empreendimento florestal Egir foi gerido através de atitudes e ações que asseguraram o cumprimento das legislações federal, estadual e municipal em vigor. A legislação nacional, os acordos e os tratados internacionais aplicáveis foram identificados e divulgados aos setores envolvidos no seu cumprimento, atendendo aos critérios e indicadores descritos em 3.1.1 a 3.1.3 da Norma ABNT NBR 14789:2012. Para este princípio, considerando todos os critérios e indicadores verificados, não foi registrada nenhuma não conformidade. Contudo, foi avaliada a eficácia das ações corretivas em relação a não conformidade menor registrada na 4ª auditoria de manutenção de 2017. A informação das ações corretivas está detalhada no final deste relatório – Follow Up de ações corretivas, 4ª auditoria de manutenção, ocorrida em agosto de 2017.

3.5.1.2. Princípio 2. Racionalidade no uso dos recursos florestais a curto, médio e longo prazos, em busca da sua sustentabilidade.

Para a organização atender o Princípio 2 - Racionalidade no uso dos recursos florestais a curto, médio e longo prazo, em busca da sua sustentabilidade, o manejo florestal foi avaliado. Conforme as evidências apresentadas, a organização Egir planejou e executou o seu manejo florestal de acordo com os requisitos normativos. Neste caso, a organização avaliada promoveu atitudes que levou em consideração o uso racional dos recursos florestais, desde a matéria-prima produzida, os produtos secundários ou os serviços prestados pela floresta. Foi verificado que a organização gerenciou seus plantios e ativos florestais de modo que a atividade não ocasionou exaustão de recursos naturais renováveis. Os critérios e indicadores a aplicados neste Princípio foram os itens



de 3.2.1 a 3.2.4 da Norma ABNT NBR 14789:2012. Na amostragem realizada não foi registrada nenhuma não conformidade.

3.5.1.3. Princípio 3. Zelo pela diversidade biológica.

Na verificação do atendimento ao Princípio 3 - Zelo pela Diversidade Biológica, foi evidenciado que a organização Egir Comercial manejou os plantios comerciais de modo a minimizar os impactos negativos de sua atividade silvicultural sobre a flora e a fauna nativas. Foi evidenciado o atendimento a princípio de zelo pela manutenção da diversidade biológica, atendendo aos critérios e indicadores descritos em 3.3.1 a 3.3.6. Na amostragem realizada na Egir, durante a auditoria de recertificação, não foi registrada nenhuma não conformidade.

3.5.1.4. Princípio 4. Respeito às águas, ao solo e ao ar.

A organização Egir Florestal, para atendimento ao princípio 4 (respeito às águas, ao solo e ao ar) aplicou no manejo silvicultural e nos demais programas de desenvolvimento tecnológico, práticas de gestão e operação levando em consideração a conservação do solo, dos recursos hídricos e do ar. Na amostragem realizada na Egir, envolvendo as atividades operacionais e de gestão nas Fazendas amostradas Pontal, Segredo e Santo Aurélio, foram evidenciadas as conformidades nas práticas silviculturais de campo, na colheita florestal e na gestão dos resíduos e dos defensivos agrícolas. Foram verificados também relatórios e registros de monitoramento dos recursos hídricos e de resíduos sólidos. O plano de manejo florestal da Egir, na sua revisão 8, de julho de 2017, apresenta várias informações das características do solo da região sob a influência do empreendimento. Neste princípio, na amostragem realizada, não foi registrada nenhuma não conformidade.

3.5.1.5. Princípio 5. Desenvolvimento ambiental, econômico e social das regiões em que se insere a atividade florestal.

Para atender o Princípio 5, a organização estabeleceu ao longo dos últimos 4 anos uma sistemática de desenvolvimento socioambiental e econômico na região em que se insere a atividade de manejo florestal. De forma mais específica, a organização implantou uma política de relacionamento com os trabalhadores florestais e comunidades locais nos municípios de João Pinheiro, Lagoa Grande e Paracatu, bem como evidenciou os pontos positivos das atividades florestais nos aspectos sociais, ambientais e econômicos. Nos projetos sociais e nos relacionamentos com as partes interessadas,



foi evidenciado que a organização estabeleceu ações que incentivou os programas de interesse comunitário, a fim de melhorar as condições de vida da comunidade local. Os critérios e indicadores avaliados nesta auditoria de recertificação compreenderam os itens 3.5.1 e 3.5.2. Na amostragem realizada nesta auditoria de recertificação de 2018, não foi registrada nenhuma não conformidade neste princípio.

3.5. Relatório Detalhado

Esta seção demonstra as evidências coletadas pela equipe de auditoria durante o processo de avaliação. A abordagem de auditoria se deu a partir dos processos da organização, de acordo com um plano de trabalho previamente elaborado. Em cada processo auditado foi dada ênfase aos princípios e critérios do CERFLOR pertinentes, conforme demonstrado abaixo.

3.5.1. Resultado da Avaliação dos Princípios e Critérios Cerflor – Manejo Florestal

3.5.1.1. Princípio 1

- Critério 1.1 - Existência de procedimento de identificação da legislação e outros: Evidenciado a implantação da sistemática do sistema LegNet, via internet, com atualização mensal da organização fornecedora do serviço.
- Verificação do indicador “a” – Verificado os documentos legais “Convenção OIT 169 e da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas foram considerados nas suas análises”, apesar de a organização possuir o sistema de identificação da legislação como também não haver povos indígenas nas áreas de influência do manejo florestal.
- Foi evidenciado que a organização mantém atualizada a verificação das obrigações legais por meio do site LegNet, com os critérios de atendido, não atendido, não avaliado, não aplicável e potencial/cliente, com atualização mensal.
- Para os requisitos legais, foi evidenciado que a organização estabeleceu e controla o procedimento de Avaliação do Atendimento a Requisitos Legais e Outros Compromissos, código PO. 06.06.04, revisão 02, de 01/03/2018, que tem como principal objetivo principal estabelecer uma sistemática para identificação e verificação do atendimento aos requisitos legais aplicáveis. A



organização contratou a consultoria da empresa LegNet, que pode ser acessado pela internet, com atualização mensal.

- Foi evidenciado que a organização monitora os Requisitos reais aplicáveis ao escopo do Cerflor certificado. Foi evidenciado que a organização identificou 651, com 59% atendidos (386 requisitos), 37.7% não aplicáveis (246 requisitos) e 3% (19 requisitos) com potencial de aplicabilidade.

- Evidenciado o atendimento aos requisitos da Lei 12.651, de 25/05/2012 – Código Florestal, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa e dá outras providências. Requisito com 100% dos itens atendidos.

- Evidencia de atendimento a Lei Estadual 178, de 14/12/1999. Verificado no sistema LegNet, que aprova os textos da convenção 182 e da recomendação 190 da OIT, sobre a proibição das piores formas de trabalho infantil e ações imediata para a sua eliminação, com atualização em 13/03/2018.

- Para o uso de motosserras, foi evidenciado o atendimento da Lei Estadual do IEF, nº 10.173, de 31/05/1990 (MG), sobre o registro e autorização de porte e uso de motosserras.

- Foi evidenciado o controle dos registros dos certificados nº 280921, exercício 2017, válido até 31/01/2018, para Fazenda Pontal e o registro 165129, para o exercício de 2017 com validade até 31/01/2018, para a Fazenda Segredo. Foi evidenciado o registro no sistema SISEMANet da área de Meio Ambiente do IEF, sobre a prorrogação das licenças ambientais até 30/09/2018.

- Verificação de atendimento: Resolução Conama 362/2005. Evidenciado o controle de registro de atendimento ao requisito no sistema LegNet, sobre controle de óleo lubrificante usado ou contaminado, com atualização de atendimento em 13/03/2018.

- Verificação de atendimento a Lei Estadual 18.031, de 12/01/2009 – Resíduos sólidos. Verificado o controle do registro de atendimento no sistema LegNet, sobre a política estadual de resíduos sólidos, com evidência de atendimento e atualização das informações em 13/03/2018.

- Verificação de atendimento da Portaria IEF nº 55 de 23 de abril de 2012, com ementa sobre “Compensação ambiental”, que remete ao requisito Decreto Estadual nº 45.175, de 17/09/2009. Foi evidenciado o atendimento ao requisito do Decreto Estadual 45.175, de acordo com a planilha de controle de Atendimento ao Condicionante da Fazenda Ponto, LOC nº 053/2018, emitida em 31/07/2018, condicionante 5, com prazo de 120, com requisito de formalizar perante a gerencia de compensação ambiental do IEF.

- Verificação de atendimento ao Decreto 44.844/2008, que estabelece normas para licenciamento ambiental e autorização ambiental, tipifica e classifica infrações às normas de proteção ao meio ambiente e aos recursos hídricos.



- Verificado controle de atendimento DN COPAM 17 – Corpo de Bombeiros, registro de AVCB nº 165270, de 24/11/21014, com validade até 13/11/2019, para o site da Fazenda Pontal – Egir, Km 94 da Rodovia BR040, Lagoa Grande – MG.

- Evidenciado no sistema LegNet, documento da Lei Estadual de MG, nº 13119, de 29/01/1999, que dispõe sobre a política estadual de recursos hídricos de MG, com atualização no sistema em 13/03/2018. Evidenciado o controle dos registros dos certificados de Outorga do direito de uso de águas públicas estaduais, processo 38409/2015, renovação de portaria 03214/2010, do poço 02, portaria nº 01412/2106, Fazenda Pontal, com vazão outorgada de 8,6 m³/h, com validade até 24/02/2019. Evidenciado registro certificado de outorga para o Poço 01, Portaria nº 1411/2016, Fazenda Pontal, com vazão outorgada de 5,5 m³/h, com validade até 24/02/2019. Para o Poço 03 da Fazenda Pontal, foi evidenciado o registro de direito de outorga nº 02085/2013, com vazão outorgada de 9, m³/h, com validade até 24/02/2019.

Evidenciada Outorga do poço 2 na Fazenda Pontal – Portaria número 01411/2016, de 22/06/2016, válida até 24/02/2019, com vazão outorgada 5,5 m³/h.

Evidenciado controle de registro de Outorga do poço 1 na Fazenda Pontal – Portaria número 01412/2016, de 22/06/2016, válida até 24/02/2019, com vazão outorgada de 8,6 m³/h.

Evidenciada Outorga do poço 3 na Fazenda Pontal – Portaria número 02085/2013 de 13/09/2013, válida até 24/02/2019, vazão outorgada 9,0 m³/h.

Evidenciada Outorga do poço 2 na Fazenda Segredo – Portaria número 01156/2014 de 30/07/2014, válida até 07/07/2020, vazão outorgada 10 m³/h.

Para a Fazenda Santo Aurélio (Paracatu), foi evidenciado registro de Outorga de acordo com Portaria 01410/2016, de 22/06/2016, com vazão outorgada de 13,4 m³/h., com prazo de validade até 10/09/2021.

Critério 1.2:

Para a Fazenda Pontal foi evidenciado registros de conformidade legal, de acordo com a Licença Ambiental Certificado LOC 053/2018, emitido pela SUPRAM, 31 de julho de 2018, com validade até 31 de julho de 2028, para a área total de atividade de 4.845,78 ha, sendo que desses, 3.797,74 ha para atividades de silvicultura.



Evidenciado o controle das informações dos condicionantes da LOC 053 – Fazenda Pontal, como executar o programa de auto monitoramento, disposição dos resíduos sólidos, conservação de água e solo, programa de educação ambiental, programa de monitoramento da fauna, controle de emissões atmosféricas. Sem alteração em relação as auditorias anteriores.

Evidenciado o controle dos registros de conformidade legal da Fazenda Segredo, Certificado LOC nº 28/2014, emitido pela COPAM, em 27/08/2014, com validade até 17/07/2020, com 4.756,4947 ha como área total e 3.315,07 para silvicultura. Evidenciado o controle das informações dos condicionantes da LO, como executar o programa de auto monitoramento, disposição dos resíduos sólidos, conservação de água e solo, programa de educação ambiental, programa de monitoramento da fauna, controle de emissões atmosféricas. Sem alteração em relação às auditorias anteriores.

Na Fazenda Segredo, foi evidenciado registro de protocolo de entrega do cumprimento da condicionante nº 01, 02, 08, 09, 10 e 11 decorrente da Licença de Operação Corretiva LOC nº 28/2014, de acordo com o processo Administrativo nº 02525/2004/005/2012, da Fazenda Segredo, de acordo com o protocolo R0144747/2018, de 14/08/2018.

Para a Fazenda Santo Aurélio, foi verificada a conformidade de atendimento ao requisito legal de acordo com a Licença Ambiental LO Certificado Rev-LO nº 024/2015, emitido pela COPAM, em 10 de setembro de 2015, com validade até 10/09/2021, para 4.040,12 ha área total e 2.919,2 ha para atividades de silvicultura.

Para a Fazenda Santo Aurélio, foi evidenciado o controle do registro de entrega do cumprimento dos condicionantes nº 07, relatório de acompanhamento de fauna referente a estação chuvosa, protocolo nº R0118153/2018, de 03/07/2018.

Para a Fazenda Pontal, foi evidenciado registro de recolhimento do Imposto sobre a Propriedade Rural, ITR, exercício 2017, registro do imóvel rural na Receita Federal 2.732.941-0.

Para a Fazenda Segredo, foi evidenciado registro de recolhimento do Imposto sobre a Propriedade Rural, ITR, declaração do exercício de 2017, registro do imóvel rural na Receita Federal 2.732.935-6, recolhido em 08/09/2017, conforme o número de declaração 06.52433.99-00.

Para a Fazenda Santo Aurélio, foi evidenciado registro de recolhimento do Imposto sobre a Propriedade Rural, ITR, declaração do exercício de 2017, registro do imóvel rural na Receita Federal 2.732.939-9, recolhido em 08/09/2017, conforme a declaração nº 06.52433.99-00.

Verificado o registro do Ato Declaratório Ambiental – ADA, para o exercício de 2017, com número de recibo do ADA nº 11731312197440, em 07/08/2017, para a Fazenda Santo Aurélio.



Para a Fazenda Segredo, foi evidenciado o registro do Ato Declaratório Ambiental – ADA, para o exercício de 2017, com número de recibo do ADA nº 11731312197427, em 07/08/2017.

Para a Fazenda Pontal, foi evidenciado o controle do registro do ADA (lei 9.393/96), Ato Declaratório Ambiental, para o exercício de 2017, com número de recibo do ADA nº 11731312197386, em 07/08/2017.

Para o imóvel da Fazenda Santo Aurélio, verificado o registro de Certificado de Cadastro de Imóvel Rural, CCIR, emissão exercício 2017, nº de matrícula 24769, em 12/04/2018.

Com relação a Fazenda Pontal, foi evidenciado o registro de Certificado de Cadastro de Imóvel Rural, CCIR, emissão exercício 2017, em 12/04/2018.

Para o imóvel da Fazenda Segredo, foi verificado o registro de Certificado de Cadastro de Imóvel Rural, CCIR, emissão exercício 2017, nº matrícula 32447, em 12/04/2018.

Evidenciado o registro de Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, inscrição nº 14386776/000104, com validade até 26/06/2018.

Para a Receita Federal, foi evidenciado registro de Declaração da Receita Federal, usuário 180455918, impresso em 13/08/2018, exercício de 2017, tipo DITR, código do imóvel do INCRA nº 404080.012300.

Sobre a Certidão de Débitos Tributários, Positiva com efeito de negativa, foi evidenciado registro nº 2018000270432616, com situação Ativo, emitido em 28/05/2018, com validade até 26/08/2018.

Evidenciado o registro de Certidão Negativa de Débitos para o município de Lagoa Grande, da Egir Comercial LTDA, inscrição CUC nº 009557, número de controle 002313, com validade até 20 de setembro de 2018.

Com relação a verificação dos débitos trabalhistas, foi evidenciado que a organização apresentou o registro de Certidão Negativa de Débitos Trabalhista, emitido pela Justiça do Trabalho, conforme registro rastreável nº 151027852/2018, emitido em 30/05/2018, com validade até 25/11/2018.

Verificado o controle do registro de Certidão Negativa de Débitos, para a Egir Comercial LTDA, código 110138, emitido em 17/08/2018, com validade até 16/10/2018, para a prefeitura de Paracatu – MG.

Evidenciado o controle do registro de Certidão Negativa de Débitos municipais, nº de controle 21463, para a Egir Comercial CNPJ 14.386.776/0001-04, emitido em 17 de agosto de 2018, com validade de 30 dias – Prefeitura de João Pinheiro – MG.



Evidenciado registro de Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da união, para a Egir Comercial LTDA, CNPJ 14.386.776/0001-04, válida até 13/02/2019.

Critério 1.3 – Atividades silviculturais e colheita própria:

Evidencias com relação às questões previdências dos trabalhadores florestais. Legislações trabalhistas, acordos coletivos e normas reguladoras do trabalho.

e) Existência de um programa implementado de gestão de segurança e saúde do trabalho.

Evidenciado o controle do registro de PPRA atualizado para o período de 2018, emitido em 05/08/2017, com revisão já em andamento conforme análise global do PPRA, com alterações para os cargos de servente de obra e motorista. Evidenciado registro de Anotação de Responsabilidade Técnica para o Eng. Trabalho registro CREA 169667-D, com emissão em 26/03/2014.

Evidenciado o controle do documento PCMSO atualizado para os cargos de 2017 e 2018, emitido em agosto de 2017, com revisão global já executada para 2018 e 2019, com inclusão das adequações dos exames admissionais e demissionários para os cargos carbonizador, encarregado de carbonização, motorista de comboio, operador de máquina de UPC, pedreiro, ajudante de produção, auxiliar de serviços gerais, supervisor florestal e vigia.

Evidenciado o registro de ASO do funcionário Cleomar José Alves, matrícula 318, função de ajudante florestal, realizado em 23/04/2018 (admissional), com validade até 23/04/2019, com os dados dos riscos ocupacionais e procedimentos realizados de colinesterase plasmática.

Evidenciado o registro de ASO do funcionário Adrião Landim de Souza, função de ajudante florestal, matrícula 169, realizado em 22/05/2018, (periódico), com validade de um ano, com os procedimentos realizados para exame de avaliação clínica e colinesterase plasmática.

Evidenciado o registro de ASO do funcionário Ismael Junior dos Santos, matrícula 109, função de ajudante florestal, realizado em 24/11/2017 (periódico), com validade até 24/11/2018, com os procedimentos realizados para exame de avaliação clínica e exames de colinesterase plasmática.

Evidenciado o registro de ASO do funcionário Natalício Galvão Neto, matrícula 286, função de ajudante florestal, realizado em 22/05/2018 (periódico), com validade de um ano, com os procedimentos realizados para exame de avaliação clínica e exames de colinesterase plasmática e riscos ocupacionais.



Evidenciado o registro de ASO do funcionário Walisson Pereira da Silva, matrícula 321, função de ajudante florestal, realizado em 23/04/2018 (admissional), com validade de um ano, com os procedimentos realizados para exame de avaliação clínica e exames de colinesterase plasmática e riscos ocupacionais.

Foram visitadas duas áreas de vivência na Fazenda Pontal em João Pinheiro, operação Silvicultura. Frente operacional própria talhão 100, combate a formigas (manutenção) e talhão 86 (roçada mecanizada total), empreiteira Luma Florestal Ltda. Ambas compostas por: barraca de lona, mesa e cadeiras, banheiro, água, cal, sabão; lixeira de coleta seletiva, banheiro de campo; água potável, planilha de controle de temperatura das refeições, maca, kit de primeiros socorros, kit de emergência ambiental, gestão a vista e informes, controles de segurança e diversos documentos de conformidade legal, descritos detalhadamente no critério 2.3.

Evidenciado os registros de exames médicos e ASO's dos seguintes colaboradores:

- Marcelo Vargas - Vargas Transportes

Cargo: Motorista de Ônibus

Data admissão: 01/12/2016

Data admissional: 01/12/2016

Último periódico: 22/08/2018

Data último exame: 22/08/2018

Médico responsável: Genésio Santiago de Resende Neto

CRM: MG-13711.

- Ismael Junior dos Santos

Cargo: Ajudante Florestal

Data admissão: 14/12/2012

Data admissional: 07/12/2012

Último periódico: 21/11/2017

Data último exame: 21/11/2017

Médico responsável: Jorge Alberto Vargas Ospina

CRM: MG-59232.



- Wagner Souza Carvalho

Cargo: Supervisor Florestal

Data admissão: 19/01/2017

Data admissional: 17/01/2017

Último periódico: 17/01/2018

Data último exame: 17/01/2018

Médico responsável: Jorge Alberto Vargas Ospina

CRM: MG-59232.

- Junior Eduardo de Souza Silva - Luma Ftal Ltda

Cargo: Gerente Florestal

Data admissão: 10/08/2015

Data admissional: 10/07/2015

Último periódico: 10/08/2018

Data último exame: 10/08/2018

Médico responsável: Jorge Alberto Vargas Ospina

CRM: MG-59232.

- Divino Ribeiro de Lima - Luma Florestal Ltda

Cargo: Operador Máquina de Pneu

Data admissão: 18/09/2017

Data admissional: 12/09/2017

Último periódico: 12/09/2017

Data último exame: 12/09/2017

Médico responsável: Jorge Alberto Vargas Ospina

CRM: MG-59232.

- Cleber Barbosa da Silva

Cargo: Líder Silvicultura Trainee



Data admissão: 04/02/2013

Data admissional: 30/01/2013

Último periódico: 09/02/2018

Data último exame: 09/02/2018

Médico responsável: Jorge Alberto Vargas Ospina

CRM: MG-59232

3.5.1.2. Princípio 2

Critério 2.1 Aspectos e Impactos Ambientais

Verificado o Manual de Gestão Ambiental da EGIR, código MN.06.06.01, revisão 07, 23/07/2018. Verificado procedimento PO.06.10.06, revisão 04, de 01/03/2018. Verificado a planilha de aspectos e impactos ambientais, com data da última revisão de 08/06/2018. Verificado informações da matriz de criticidade, controles associados, e a planilha de aspectos e impactos e seus controles dos aspectos e impactos significativos. A organização identificou os aspectos ambientais de consumo de agroquímicos, consumo de água, consumo de derivados de petróleo, deriva de pulverização de agroquímicos, derramamento de produtos perigosos, derrubada de árvore de exótica, emissão atmosférica, geração e descarte de resíduos, geração e descarte de embalagem de agroquímicos, incêndio florestal e recebimento e armazenamento de resíduos Classe I e II e tombamento de veículo de transporte de produtos perigosos.

Critério 2.1 Procedimentos documentados

Evidenciado o Manual de Gestão Ambiental da Egir, código MN.06.06.01, revisão 07, 23/07/2018. Verificado procedimento PO.06.10.06, revisão 04, de 01/03/2018. Verificado o Procedimento Operacional Suprimento para Produção de Cravão, PO.06.05.01 revisão 00, publicação 01.02.2018. Verificado o Procedimento Operacional de Gerenciamento de Resíduos, PO.06.10.01, revisão 07, de 01/03/2018.



Evidenciado a Instrução de Trabalho IT.06.10.01 Revisão 05 de 01/03/18 –Monitoramento de Fumaça Preta.

Evidenciado o procedimento de Preparo do Solo, PO.06.18.05, revisão 05, de 01/03/2018.

Verificado o procedimento de Manutenção Florestal, PO.06.18.09, revisão 05, de 01/03/2018, que descreve o controle das atividades de combate a formigas, aplicação de herbicida, roçada e adubação.

Verificado o Procedimento de Colheita. Evidenciado o procedimento operacional de Colheita, PO.06.19.06, revisão 05, de 01/03/2018. Evidenciado o Procedimento de Manutenção de Estradas e Aceiros, PO.06.22.01, revisão 06, 01/03/2018.

Critério 2.2 – Plano de Manejo Florestal

Evidenciado o Plano de Manejo Florestal, código do documento controlado PM.06.06.01, revisão 09, de 16/07/2018, contendo as informações de identificação da empresa, escopo da certificação florestal, informações sobre a caracterização das áreas incluídas no escopo, nos municípios de João Pinheiro (Fazenda Segredo), Lagoa Grande (Fazenda Pontal) e Paracatu (Fazenda Santo Aurélio), informações sobre vegetação, clima, relevo, geologia, solos, hidrologia e histórico de ocupação do solo. O Manejo Florestal também inclui informações documentadas do estudo de viabilidade econômica, planejamento florestal, inventário, cadastramento, nutrição florestal, manejo integrado de pragas e doenças, manutenção da diversidade genética das florestas clonais, plano de contingência florestal, processos florestais para a silvicultura e colheita, operações de apoio, gestão de saúde e segurança do trabalho, gestão ambiental, programas de monitoramento ambiental da fauna e flora, programa de monitoramento ambiental de resíduos e recursos hídricos, programas de recuperação de áreas degradadas, áreas de valor científico e histórico, e informações sobre a identificação dos aspectos socioambientais, comunidades e vizinhos, comunicação e projetos socioambientais nas comunidades da área de influência do manejo florestal da Egir.

Evidenciado os mapas no Plano de Manejo Florestal, contendo a localização dos plantios de eucalipto, áreas de preservação permanente e áreas de reserva legal. Cerca de 3.600 hectares das áreas da empresa são destinados à preservação permanente e reserva legal. Evidenciado no Plano de Manejo as informações dos recursos hídricos na bacia do Rio Paracatu, que é o maior afluente individual do rio São Francisco. Evidenciado as informações do clima, meio físico com dados do relevo e geologia. Verificado informações dos processos florestais para a silvicultura com os



plantios de eucaliptos, processos de colheita florestal, operações de apoio para o planejamento florestal, inventário, mapeamento e cadastro florestal.

Evidenciado as informações do plano de manejo para a nutrição florestal, proteção e manutenção da diversidade genética. A empresa informa que não usa organismo geneticamente modificado. Verificado no sistema de Gestão Florestal a diversidade genética dos plantios nas áreas da organização, atualmente com 21 materiais genéticos, sendo 05 estão programados para os plantios. Verificado o acesso ao sistema SGF, com as informações dos talhões, região, idade, espaçamento, material genético, tipo do solo, data de plantio, regime da silvicultura (reforma, rebrota ou implantação) e informações da área plantada no talhão.

Evidenciado as informações da infraestrutura disponível para a manutenção da malha viária nas unidades de manejo florestal, para garantir o acesso a florestal, tráfego de máquinas e controle dos impactos ambientais.

Evidenciado o resumo do plano de manejo e a distribuição para as partes interessadas. Sugerido a inclusão no Plano de Manejo das atividades da Vigilância Patrimonial e o plano de identidade visual referente a placas de sinalização e advertência.

Critério 2.3. Silvicultura - Roçada Mecanizada Total (atividade terceirizada).

Visitada frente operacional na Fazenda Segredo, talhão 86, município de João Pinheiro. Atividade terceirizada, sendo conduzida pela prestadora Luma Florestal Ltda.

Operação sendo realizada por trator agrícola de pneus VALTRA 750, n.8, tracionando duas roçadeiras de arraste. Evidenciada situação da cabine de proteção florestal, extintor, luzes de alerta em desacordo. Luz queimada enquanto checklist indica situação conforme. Kit de emergência ambiental (enxada, saco plástico, serragem, bacia de contenção, marreta de borracha e bitoque). Módulo composto por: 2 tratores e 1 caminhão pipa.

Visitada também no campo a área de vivência, com gestão a vista, maca, kit de primeiros socorros, controle de riscos, mapa de risco da atividade, banheiro, coleta seletiva, controle de temperatura das marmitas e termômetro e procedimentos no campo, FISPQ, ficha de controle de riscos. Evidenciado também DDS realizado em 22/8/18, ficha de avaliação de fumaça preta e mapas com o planejamento operacional.



Critério 2.3 - Silvicultura – Combate a Formiga – manutenção (atividade própria).

Visitada frente operacional na Fazenda Segredo, talhão 100, município de João Pinheiro. Atividade própria, evidenciada equipe composta por 13 trabalhadores florestais com bombatas, aplicando formicida DINAGRO, na dosagem 10g / m².

Visitada também no campo a área de vivência, com gestão a vista, receita agrônômica, kit de primeiros socorros, controle de riscos, mapa de risco da atividade, banheiro, coleta seletiva, controle de temperatura das marmitas e termômetro e procedimentos no campo, FISPQ, ficha de controle de riscos. Evidenciado também DDS realizado em 22/8/18 (tema AIDS).

Evidenciada autorização de transporte de trabalhadores rurais n. 055415392018, e CNH do motorista. Pasta de procedimentos operacionais, ficha de aferição do controle das bombatas, entrevistados, encarregado, trabalhador florestal e motorista do ônibus.

Critério 2.4 - Rastreabilidade da madeira

Evidenciado o procedimento Operacional Suprimento para Produção de Cravão, PO.06.05.01 revisão 00, publicação 01.02.2018. A madeira é fornecida exclusivamente para as praças de carvoejamento da própria EGIR. Evidenciado o Romaneio Interno para Transporte de Madeira do Talhão, número 3807 para UPC, de 03/08/18 Projeto Pontal, talhão 47.

3.5.1.3. Princípio 3

Evidências de atendimento ao princípio 3 - Zelo pela diversidade biológica.

Evidencia do item 3.1 – Controle de material genético é não aplicável, pois a empresa compra as mudas de viveiros de terceiros. Evidenciado registro de licença do RENASEM da empresa SD Florestal Viveiro Limitada, nº MG-00093/2007, com validade até 11/03/2019.

Monitoramento de Fauna e Flora

Foram evidenciados que os estudos e monitoramentos abordando os temas de fauna e flora estão sendo realizados desde 2012 e são realizados semestralmente na época de cheia e seca. Foram evidenciados os registros dos relatórios das campanhas de monitoramento para a Avifauna, Mastofauna e Vegetação para a estação chuvosa de 2018.



Foi evidenciado na auditoria o Relatório da Mastofauna, estação chuvosa de fevereiro de 2018, na Fazenda Pontal, Complexo Lagoa Grande, com relatório emitido em maio de 2018, realizado pela empresa de consultoria Nativa Meio Ambiente. Verificado os resultados do monitoramento com as estimativas das espécies e análise comparativa dos estudos de monitoramento com as campanhas anteriores. Em 2018, foram evidenciados registros de 09 espécies e 14 indivíduos de fauna, em comparação com o total de 31 espécies da campanha seca de 2017.

Evidenciado o registro do relatório de monitoramento da Avifauna, no período da estação chuvosa, com amostragem no período de 10 a 17 de fevereiro de 2018, na Fazenda Pontal. Este monitoramento tem por objetivo o obter informações da avifauna na área do empreendimento, levando em conta as diferentes abrangências espaciais de cunho de ecologia da paisagem e apresentar uma análise prospectiva para a avifauna. Os resultados da campanha de 2018 não resultou em registros de novas espécies, mas novos registros foram obtidos na campanha de chuva de 2017 e seca de 2018. Importante mencionar em 2018 foi a obtenção de registros de 1620 de aves, em 71 espécies. Em 8 campanhas, desde 2012, existe uma comunidade faunística de 178 espécies distribuídas em 47 famílias.

Monitoramento da Flora da Fazenda Pontal. Verificado o relatório do monitoramento da Vegetação – Estação Chuvosa de 2018, emitido pela empresa Nativa Meio Ambiente em março de 2018, relativo aos dados coletados no período de 10 a 17 de fevereiro de 2018. De acordo com as informações apresentadas no relatório do período chuvoso, nas estações amostrais P15 a P20, parcelas permanentes, foi constatado que o ambiente tem capacidade de promover a sucessão florestal com alta diversidade vegetal, porém com concentração de indivíduos jovens e média, indicando perturbação antropogênica no passado, como o desmate e o fogo. Como conclusão, as análises da campanha chuvosa de 2018, não apresentam grandes alterações na estrutura e fenologia, continuando o mesmo padrão fitossociológico e na fenologia de 2017. O relatório cita que o controle de queimadas é um ponto importante no monitoramento para reduzir o grau de perturbação antrópica nos ativos florestais naturais.

Para a Fazenda Pontal foi evidenciado registros dos monitoramentos de Fauna, conforme os relatórios da Mastofauna e Avifauna, estação chuvosa no período de 10 a 17/02/2018, emitido em maio de 2018. Foi evidenciado registro de protocolo no órgão ambiental de entrega dos relatórios de monitoramento nº do protocolo R0118161²2018, em cumprimento da condicionante nº 3, decorrente da LO nº 004/2011, processo administrativo COPAM nº 50181/2004 /002 /2010, Fazenda Pontal. O registro do protocolo tem a data de 25 de junho de 2018.



3.5.1.4. Princípio 4

Critério 4.2. Monitoramento de Recursos Hídricos

As captações de água são realizadas através de rios, captação superficial, ou poços artesianos, autorizados por Portaria de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos, ou Certidões de uso de recursos hídricos para os considerados de uso insignificante. Ademais, existe um Plano de Conservação de Água e Solo implantado em todas as fazendas que visa mitigar os impactos provocados pelas atividades.

O monitoramento das superficiais que circundam as fazendas é realizado conforme condicionante ambiental. Para conservação das águas pluviais foram instaladas bacias de contenção, também conhecidas como “barriguinhas”, tem como objetivo captar as águas pluviais, evitando que elas escoem rapidamente e provoquem erosão do solo e enchentes. Anualmente, são realizadas manutenções dessas estruturas antes do período chuvoso, entre os meses de julho e setembro.

Evidenciado a captação de água em poço tubular na Fazenda Pontal: poço 1 (sede), poço 3 (planta de carbonização) e Fazenda Segredo. Na Fazenda Pontal existem vários dia onde o volume ultrapassa o valor outorgado. A empresa já entrou com processo junto ao órgão regulador (IGAM) para corrigir esta situação, aumentando o valor da vazão outorgada.

Evidenciado o Controle Anual de Resultados Análise Físico-químicos Ambientais, Potabilidade – ano 2018 – Fazenda Pontal – Sede – poços 1 e 3. Não houve alterações. As análises são realizadas pelo Laboratório de Água e Terra – Análises de Água. Evidenciado o registro rastreável Certificado de Ensaio nº 3616-18/920 Ver:01, emitido em 12/07/2018, para o poço 01.

As análises são realizadas pelo Laboratório de Água e Terra – Análises de Água. Evidenciado o registro rastreável Certificado de Ensaio nº 3618-18/920 Ver:01, emitido em 12/07/2018, para o poço 03.

Verificado registros dos resultados de Cloro Residual, pH, temperatura da amostra, temperatura do ar, turbidez, cor aparente, coliformes termo tolerantes, coliformes totais e Escherichia coli P/A.

Para a Fazenda Segredo, foi evidenciado o Controle Anuais de Resultados Análise Físico-químicos Ambientais, Potabilidade – ano 2018 – Fazenda Segredo – Saída da caixa d’água. As análises são realizadas pelo Laboratório de Água e Terra – Análises de Água. Evidenciado o registro rastreável Certificado de Ensaio nº 3615-18/919 Ver:00 – 17/500, rev.00, emitido em 12/07/2018. Verificado



registros dos resultados de Cloro Residual, pH, temperatura da amostra, temperatura do ar, turbidez, cor aparente, coliformes termo tolerantes, coliformes totais e Escherichia coli P/A. Ocorreram valores para cor aparente e turbidez acima dos padrões nos meses de abril e julho mas a FRIGG já apresentou plano de ação 5W2H, para corrigir esta ocorrência, realizando lavagem da caixa e reparando a cisterna.

Evidenciado o Monitoramento anual do Controle de águas superficiais– ano 2018 nas Fazendas Pontal e Segredo. Os resultados apresentados nos relatórios apontaram informações que não houve alteração nos padrões legais.

Evidenciado registro de Outorga de direito de uso de água pública estadual, portaria 02090/2013, de 13/09/2013, de Lagoa Grande, válida até 24/02/2019, com vazão outorgada de 83,0 L/s.

Evidenciada Outorga do poço 2 na Fazenda Pontal – Portaria número 01411/2016, de 22/06/2016, válida até 24/02/2019, com vazão outorgada 5,5 m³/h.

Evidenciado controle de registro de Outorga do poço 1 na Fazenda Pontal – Portaria número 01412/2016, de 22/06/2016, válida até 24/02/2019, com vazão outorgada de 8,6 m³/h.

Evidenciada Outorga do poço 3 na Fazenda Pontal – Portaria número 02085/2013 de 13/09/2013, válida até 24/02/2019, vazão outorgada 9,0 m³/h.

Evidenciada Outorga do poço 2 na Fazenda Segredo – Portaria número 01156/2014 de 30/07/2014, válida até 07/07/2020, vazão outorgada 10 m³/h.

Para a Fazenda Santo Aurélio (Paracatu), foi evidenciado registro de Outorga de acordo com Portaria 01410/2016, de 22/06/2016, com vazão outorgada de 13,4 m³/h., com prazo de validade até 10/09/2021.

Critério 4.3. Monitoramento de Resíduos

Evidenciado o Procedimento Operacional de Gerenciamento de Resíduos, PO.06.10.01, revisão 07, de 01/03/2018, que estabelece procedimentos para a coleta, armazenamento temporário e destinação adequada dos resíduos, visando minimizar os impactos ambientais.

As embalagens de agrotóxicos são enviadas à Cooperativa Agrícola de Unaí Ltda, que funciona como um ponto de coleta para fazer a destinação final. Sem alteração com relação a auditoria



anterior. Evidenciado o comprovante de devolução de embalagens vazias de agrotóxico número 7206, recebido em 05/06/2018, do Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias – INPEV, Unai. Não há uma periodicidade definida para o envio das embalagens vazias. Evidenciado o Recibo de pesagem de 55,0 kg de materiais recicláveis (celulósica rígida) e registro de 11,0 Kg, para plástico flexível.

Para os resíduos recicláveis, foi evidenciado a planilha de Controle de Resíduos encaminhados para a Reciclagem, com a informação de data de emissão do recibo de 31/01/18, 23/02/18 e 11/05/18, resíduos de papel e papelão e plástico, com total 396 Kg.

Critério 4.4. Monitoramento de emissões atmosféricas Evidenciada Instrução de Trabalho IT.06.10.01 Revisão 05 de 01/03/18 – Monitoramento de Fumaça Preta. Evidenciada planilha de controle de avaliação de fumaça preta, com as informações dos veículos e máquinas ou equipamentos, data de avaliação e registros de ensaios de enegrecimento. Verificado os registros das máquinas Trator Valtra A750, n.8, Caminhão Pipa, PYB 2757.

Atividades de campo:

Realizada inspeção de verificação de conformidade nas atividades de campo: dia 22/08/2018 – Quarta-feira. Atividades de Carregamento e Transporte Florestal na fazenda Pontal, no talhão 42, com 19.38h, data de plantio em 15/12/2010.

Verificado o controle da operação de carregamento e transporte utilizando um caminhão com carreta e máquina carregadeira 320D CAT com nº de centro de custo 60.005. Verificada operação com caminhão de transporte de madeira Placa BYC8880, registro Renavan 00625225058/18. Evidenciado a conformidade de habilitação do motorista com habilitação categoria E, registro nº 02707130805, com validade até 17/09/2018.

Evidenciado o controle das informações de riscos ambientais das atividades de colheita, traçamento e carregamento da madeira e registro de riscos para transporte de madeira conforme procedimento interno – PO.06.19.06 – Colheita Mecanizada, revisão 05, de 01/03/2018.

Verificado as informações de acordo com o Micro planejamento de Colheita para o Talhão 42, contendo os dados de controle de colheita, direção de corte, disposição das pilhas, localização do plantio no mapa, localização de áreas de APP e vias de acesso.



Evidenciado o registro de Ordem de Serviço para a atividade de carregamento no talhão 42, e nos talhões 114 e 76, bem como os registros de micro planejamento florestal.

Verificado registro de apontamento diário e registro de inspeção diária, conforme os Anexos I e II do procedimento de “Traçamento de Madeira” – IT-COL-003;

Realizada inspeção nas áreas de bordas das APP's contidas na Fazenda Pontal nos talhões 42, 114 e 76, após as atividades de colheita e durante as atividades de traçamento e arraste. Na inspeção realizada não foram observados sinais de degradação ambiental, tais como derrubada de matas nativas e invasão de operação nas áreas de APP, conforme definido nos mapas do planejamento.

Evidenciado as medidas de controle baseado na Análise Preliminar Ambiental, para os riscos de alteração da paisagem, atropelamento de animais, geração de ruídos à vizinhos, queda de árvores em área de conservação e compactação do solo.

Como oportunidade de melhoria (OM), convém a organização verificar a necessidade de incluir os itens de checagem de Análise Preliminar Ambiental para os aspectos de Emissão de Fumaça preta (consumo de combustíveis fósseis) e Derramamento de Óleo com contaminação do solo (uso do kit de emergência), e movimentação de máquinas em áreas de conservação e APP (não existe apenas o risco de “queda de árvores em áreas de conservação”).

Como observação que necessita de uma análise crítica pela organização, foi verificado nos registros da Planilha de Análise Preliminar Ambiental não havia a informação de que o item de “queda de árvores em áreas de conservação” havia sido marcado nas planilhas das atividades de corte nos talhões 42, 114 e 76 da Fazenda Pontal. Convém a organização verificar a necessidade de incluir essa análise como mandatória na Planilha em referência.

Evidenciado a sistemática estabelecida para o registro de ocorrências com os temas sobre o meio ambiente, segurança e qualidade. Verificado o formulário “Alerte!”, contendo as informações do tipo de ocorrência (próprio, cliente, terceiro e visitante), informações sobre a classificação em segurança (alimentação, alojamento, animais peçonhentos, área de vivência, ato inseguro, condição insegura, EPC, EPI, Ferramentas e equipamentos, instalações sanitárias, máquinas e transporte), meio ambiente (vazamentos, resíduos, animais, invasão de reserva legal/APP, erosão e assoreamento) e qualidade (processo, procedimento, produto, reclamação e pragas e doenças florestais).



Realizada entrevista com o operador de carregadeira CAT 320D 60.005, no talhão 42 da Fazenda Pontal. Não houve registros de reclamações do trabalhador florestal no percurso desde a cidade de origem até os talhões em operação.

3.5.1.5. Princípio 5

Critério 5.1- Programas sociais.

Foram evidenciadas as informações dos Programas de saúde: Plano de saúde para familiares.

- GYMPASS, programa para atividades físicas para os funcionários administrativos.
- Evidenciado os projetos de responsabilidade social planejados para o ano de 2018 na Egir. Foi evidenciado que a organização já executou os projetos de:
 - Verificado o Projeto Reciclagem, para as partes interessadas de funcionários e comunidade, com a doação dos resíduos gerados pela Cooperativa de Reciclagem de Paracatu, Coopericla.
 - Educação Ambiental. Contempla as atividades de educação nas datas ambientais comemorativas, com atividades de conscientização para os funcionários internos, como o dia mundial da água (22 de março), dia da Terra (22 de abril), Semana do Meio Ambiente (5 a 9/junho).
 - Verificado o Projeto de Educação Ambiental com o planejamento das atividades na Escola Municipal Astolfo Moreira, em João Pinheiro foi construído jardim ecológico e palestra sobre o tema coleta seletiva. No Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente – CAIC, também em João Pinheiro, foi realizada palestra sobre o tema “Coleta Seletiva.”.
- Evidenciado informações de atividades de Natal Solidário nas Escola Astolfo Moreira, Fazenda Segredo, beneficiando 21 crianças, em dezembro de 2017.
- Evidenciado na planilha de responsabilidade social os projetos que serão realizados ao longo de 2018, com atividades para Reciclagem, Educação Ambiental, Boas Práticas no Campo, Campanha de Doação de Sangue e Projeto Empreendedorismo.
- Campanha de Vacinação. Verificado registros de lista de participação dos funcionários e familiares da organização sobre a campanha de vacinação de H1N1, em abril de 2018, para 46 colaboradores e 17 dependentes.
- Verificado os registros das ações da palestra sobre Acidentes Domésticos para os familiares, realizada em 08/11/2017, no Rotary Participação em João Pinheiro.
- Realizado Treinamento de Primeiros Socorros, em 18 e 19 de junho de 2018, para funcionários próprios, terceiros e clientes, totalizando 27 pessoas.



- Realizada palestra sobre prevenção com animais peçonhentos em 3 e 4/5/18 nas Fazendas Pontal e Segredo para funcionários próprios e moradores da Vila Pontal e Segredo em 9/5/18.
- Realizada palestra Outubro Rosa em outubro de 2017 com 31 participantes.

Critério 5.2 Comunicação com partes interessadas

A EGIR Comercial mantém o número de telefone 0800 940 4242 para contatos e reclamações de partes interessadas. Foi evidenciado o resumo do plano de manejo e o INFLOR, informativo florestal. O próximo a ser lançado será o número 40.

3.5.3. Lista de pessoal auditado durante toda a auditoria:

- Luiz Iaquina – Gerente de Meio Ambiente e Certificações – Corporativo;
- Cristiane Madureira – Coordenação;
- Antônio Pessoa Neto: Encarregado Ambiental;
- Alexander Rosa de Castro coordenador de núcleo de apoio regional de João Pinheiro do IEF
- Diego Olders – Coordenador de operações
- Willian Ferreira de Souza – Supervisor de Operações
- Anávio dos Reis Martins – Técnico de Segurança;
- Anderson Gonçalves da Silva – Operador de Máquina.
- Irandy Martins de Oliveira – Motorista.
- Wagner Souza Carvalho – Supervisor Floresta I- Luma Florestal Ltda
- Junior Eduardo de Souza Silva - Supervisor Florestal Luma Florestal Ltda
- Divino Ribeiro de Lima – Operador de Maquinas - Luma Florestal Ltda
- Ismael Junior dos Santos – Trabalhador Florestal;
- Cleber Barbosa da Silva – Líder de Silvicultura;
- Marcelo Vargas – Motorista de ônibus - Vargas Transportes;
- Profa. Ângela Neuma – Escola Municipal Astolfo Moreira;
- Profa. Eliana Aparecida – Escola Municipal Astolfo Moreira;
- Sra. Brígida Silveira – Coordenadora do Centro Terapêutico Madre Teresa.

3.6. Não Conformidades Registradas

Na amostragem realizada durante a auditoria não foi registrada nenhuma não conformidade.



3.7. Oportunidades de Melhoria e Observações Registradas

Durante a auditoria foram registradas 03 (três) Observação (OBS) e 02 (duas) Oportunidades de Melhoria (OM). Recomenda-se que esses registros sejam analisados criticamente, para verificar a aplicabilidade nos seus processos do manejo florestal e tomar ações de melhoria contínua de forma coerente com a sua política integrada de gestão.

OBS 01	Processo: Fazenda Pontal
Foi evidenciado durante a visita para amostragem nos processos de silvicultura, funcionário próprio dirigindo acima do limite de velocidade permitido, dentro da propriedade, fazenda Pontal.	
OBS 02	Processo: Fazenda Pontal – Atividades de Silvicultura
Trator agrícola Valtra A750 n8, da empreiteira Luma Florestal Ltda, apresentando luz queimada, em contrapartida o checklist da máquina indica situação conforme, fazenda Segredo, talhão 86.	
OBS. 03	Processo: Transporte e Carregamento de Madeira
Na Planilha de Análise Preliminar Ambiental não havia a informação de que o item de “queda de árvores em áreas de conservação” havia sido marcado. Verificado nas atividades de corte, traçamento e carregamento nos talhões 42, 114 e 76 da Fazenda Pontal.	
OM 01	Processo: Transporte e Carregamento de Madeira
Recomenda-se a organização verificar a possibilidade de incluir os itens de verificação de Análise Preliminar Ambiental para os aspectos de Emissão de Fumaça Preta, Derramamento de Óleo com contaminação do solo (uso do kit de emergência), e movimentação de máquinas em áreas de conservação e APP (não existe apenas o risco de “queda de árvores em áreas de conservação. Existem outros riscos ambientais que devem ser colocados como pontos de atenção dos operadores florestais).	
OM 02	Processo: Plano de Manejo Florestal – Princípio 2.
Recomenda-se a inclusão no Plano de Manejo das atividades referentes a Vigilância Patrimonial e plano de identidade visual, com destaque para as placas de sinalização e advertência.	



4. CONSULTAS PÚBLICAS

4.1. Consulta aos órgãos públicos

Como parte do processo de auditoria foi realizada consulta aos seguintes órgãos públicos:

Comunicação com partes interessadas e reclamações: Evidenciado que a organização recebeu uma demanda da Prefeitura de Lagoa Grande (ofício nº 11/2017/SEMEC/PMLG), solicitando um espaço para que possa ser abrigado o ônibus que faz o transporte escolar do município de Lagoa Grande, e possibilidade de conceder alojamento para o motorista do referido trajeto. Informação recebida em 22/02/2017. Verificado os registros de resposta a parte interessada conforme um ofício de 30/03/2017, sem a possibilidade de atendimento devido a desmobilização das instalações da Fazenda Pontal.

Foi realizada entrevistado o coordenador de núcleo de apoio regional de João Pinheiro do IEF – Sr Alexander Rosa de Castro. Evidenciado ótimo relacionamento referente as demandas ambientais regulatórias.

Foram entrevistadas duas professoras da Escola Municipal Astolfo Moreira, em assentamento Segredo, município João Pinheiro. Evidenciado sólido relacionamento referente as demandas geradas pela escola e atendidas pela EGIR (Natal Solidário, Parquinho, Horta, Pátio da Escola e palestras sobre educação ambiental).

Foi realizada entrevistada Sra. Brígida Silveira, coordenadora do Centro Terapêutico Madre Teresa (Fazendinha). Esta instituição é um centro de reabilitação de dependentes químicos, onde a EGIR faz doações periódicas e contribui com iniciativas complementares (Cursos Profissionalizantes).

4.2. Reuniões Públicas

4.2.1. Planejamento, Objetivo e Realização de Reuniões Públicas

Durante o processo de divulgação das reuniões públicas o Bureau Veritas Certification distribuiu um questionário de Consulta Pública que tem como objetivo levantar dados e informações oriundas de pessoas e organizações da sociedade civil para o processo de certificação do CERFLOR. Este questionário permite a pessoas físicas e jurídicas se pronunciarem a respeito da empresa de forma anônima. Por este motivo não estaremos divulgando a procedência dos formulários recebidos.

Do total de convites enviados por correio e correios eletrônicos, o Bureau Veritas Certification não recebeu nenhum formulário preenchido. Observamos que o envio destes formulários é uma das



formas de se expressar em relação ao desempenho da empresa, não sendo a única fonte de informações para a equipe auditora.

O objetivo das reuniões públicas foi identificar questionamentos, recomendações, denúncias e comentários das partes interessadas, referentes aos princípios do CERFLOR que foram objeto de avaliação no processo de certificação. As demandas pertinentes a respeito da empresa auditada foram registradas. As respostas foram avaliadas quanto ao seu conteúdo e verificadas durante a auditoria pela Equipe Auditora.

As perguntas que foram feitas sobre o processo de certificação ou sobre as atividades do Bureau Veritas Certification foram respondidas ao longo das reuniões.

É importante deixar claro que as reuniões públicas não contaram com a participação ativa de funcionários da empresa auditada. As reuniões públicas são conduzidas pela equipe de auditoria do BVC e buscam evidenciar, sob o ponto de vista das partes interessadas, os aspectos positivos e negativos do manejo florestal da empresa frente ao CERFLOR.

As Reuniões Públicas foram divididas em duas partes sendo na primeira apresentados os Princípios, Critérios e Indicadores da norma NBR 14789 e o processo de certificação CERFLOR, segundo as regras estabelecidas pela CGCRE. A segunda parte das reuniões teve como objetivo o levantamento de críticas, comentários, preocupações, sugestões, etc, referentes aos princípios abrangidos pelo CERFLOR.

Foi organizada 01 (uma) Reunião de consulta pública no município de João Pinheiro – MG, realizada no dia 22/08, as 19:30, no auditório da Faculdade FCJP local.

Município	Data	Horário	No. Pessoas
João Pinheiro - MG	22/08/2018	19:30	20
TOTAL DE PARTICIPANTES			20



Após a apresentação dos princípios do Cerflor, houve alguns questionamentos, recomendações e comentários das partes interessadas referente ao processo de certificação e questões relativas ao próprio manejo florestal e seus impactos negativos e positivos na região.

Todas as questões levantadas pelos participantes foram referentes à certificadora e ao processo de certificação sendo respondidas in loco pelos auditores.

4.2.2. Entidades e pessoas contatadas

A lista completa das partes interessadas contatadas durante o processo de certificação está mantida como registro no BVC e não foi inserida neste relatório, mas pode ser disponibilizada mediante solicitação.

4.2.3. Relação dos Participantes nas Reuniões Públicas

A reunião pública realizada em João Pinheiro totalizou a participação de 20 pessoas de diferentes entidades situadas na região.

Durante as reuniões foram registrados os nomes e assinaturas dos participantes, gerando listas de presença que se encontram arquivadas sob a responsabilidade do Bureau Veritas Certification. Ver no anexo

4.2.4. Respostas aos Questionamentos de Partes Interessadas por parte da Empresa e parecer Bureau Veritas Certification – BVC.

Os questionamentos levantados durante as Reuniões Públicas foram relacionados abaixo, com as devidas respostas emitidas pela empresa.

4.2.4.1. Reunião Pública – Município João Pinheiro - MG

Para a reunião pública realizada em 22/08/18, a EGIR, enviou lista das partes interessadas, para o BVC para conseqüente divulgação de um total de 38 e-mails diretamente, como também a carta convite e o resumo do plano de manejo. Foram feitas 5 divulgações na rádio local de João Pinheiro. Participação na Reunião Publica em João Pinheiro com 14 participantes, sendo 13 da faculdade local e apenas 1 representante do centro de reabilitação Madre Teresa.



Nome do participante	Instituição	Questionamento - pergunta
Tiago Henrique	Aluno da Faculdade	“O eucalipto contribui para secar o solo”?
Caroline de Castro	Aluna da Faculdade	“Como é feito o monitoramento da fauna”?
Fernando Rodrigues	Professor da Faculdade	“No princípio 1, como é analisado o passivo trabalhista”?
Tais Souza	Aluna da Faculdade	“Como são realizados os projetos sociais”?
Luzia Alcântara	Centro Terapêutico Madre Tereza	A participante comentou com elogios sobre a parceria da Egir na entidade que ela representa

Respostas dos questionamentos elaborada pela organização Egir:

- 1. O eucalipto contribui para secar o solo?

Nome: Tiago Henrique

Instituição: Aluno – FCJP

Resposta:

O eucalipto não seca o solo. Ao longo dos anos, criou-se um mito de que o eucalipto seca o solo, o que não possui fundamentação de acordo com dados das pesquisas realizadas. Alguns trabalhos científicos demonstram que as plantações de eucalipto se comparam à floresta nativa (Mata Atlântica) quanto à evapotranspiração (conjunto de todas as perdas de água por evaporação) anual e ao uso de água no solo (Almeida e Soares, 2003).

E em outros estudos é possível notar que o consumo de água pelo eucalipto se equipara ao consumo hídrico do café, também uma espécie arbórea, e é inferior ao da cana de açúcar, por exemplo.

Quantidade de água necessária durante um ano (ou ciclo) da cultura	
Cultura	Consumo de água (mm)*
Cana de açúcar	1000 - 2.000
Café	800 - 1.200
Eucalipto	800 - 1.200
Citrus	600 - 1.200



Milho	400 - 800
Feijão	300 – 600

***Cada milímetro corresponde a um litro por metro quadrado**

Fonte: Calder et al., 1992, e Lima W. De P., 1992

O fato da redução da disponibilidade de recursos hídricos pode ser atribuído a vários fatores como mudanças climáticas, redução das precipitações, efeito estufa, entre outros.

Matérias relacionadas:

- <http://www.ciflorestas.com.br/conteudo.php?id=8253>;
- <http://iba.org/pt/noticias/9-conteudo-pt/230-bracelpa-a-cultura-do-eucalipto-e-o-consumo-de-agua>

A Egir, visando o atendimento legal, bem como a conservação dos recursos hídricos, adota medidas para a preservação das Áreas de Preservação Permanente, por meio de:

- Recuo com faixa de proteção de no mínimo 50 metros dos rios, córregos e veredas;
- Identificação das áreas de APP e RL por meio de placas e mapas;
- Captação de água somente nos pontos autorizados pelo órgão ambiental;
- Práticas de conservação do solo para evitar erosões e assoreamentos;
- Coleta e destinação adequada dos resíduos gerados;
- Vigilância motorizada das áreas para inibir quaisquer práticas não autorizadas dentro das áreas de conservação.

- 2. Como é feito o monitoramento de fauna?

Nome: Caroline de Castro

Instituição: Aluno – FCJP

Resposta:

O Programa de Monitoramento de Fauna foi estabelecido na Egir em 2013 por meio da definição dos grupos de maior importância ecológica com base no inventário inicial.

Foi determinado o monitoramento dos grupos de mastofauna e de avifauna, sendo um monitoramento na campanha seca e outro na campanha chuvosa, anualmente.

Os objetivos do Programa de Monitoramento de Fauna são:



ETAPA I

1. Conhecer a diversidade e riqueza da fauna e flora das áreas de fragmentos de floresta nativa do imóvel rural,
2. Confirmar se a riqueza e diversidade foram alcançadas analisando a curva do coletor, desvio padrão e os estimadores de diversidade,
3. Baseados nos estudos de fauna e flora, propor temas a serem abordados nos programas de educação ambiental sobre espécies endêmicas, ameaçadas ou de interesse para manutenção dos serviços ambientais.
4. Elaborar uma planilha sobre a presença dos táxons em cada fazenda e em qual região foram identificadas,

ETAPA II

5. Identificar áreas de vida para espécies de relevante interesse para a conservação e para a manutenção dos serviços ambientais,
6. Analisar os registros de fauna através da metodologia de Krigagem de fauna e elaborar um mapa de sensibilidade ambiental.
7. Propor mudanças na logística de transporte, instalação de corredores ecológicos.

Os dados compilados dos monitoramentos ocorridos desde 2013 indicam 18 espécies de mamíferos de médio e grande porte, dentre estas, 7 estão citadas em listas oficiais de espécies ameaçadas, como o *Tayassu pecari* (cateto) e *Tapirus terrestres* (anta), *Priodontes maximus* (tatu canastra), *Myrmecophag trydactyla* (tamanduá bandeira), *Herpailurus yagouaroundi* (gato morisco), *Lycalopex vetulus* (raposa), *Puma concolor* (onça parda).

As fazendas estão localizadas próximas a uma área considerada como de extrema importância para a conservação da avifauna por seu único local conhecido em Minas Gerais com ninhal de *Mycteria americana* e *Ajaia ajaja* além da presença de complexo riverino/ lagunar com sistemas naturais únicos. Ocorre ainda, as espécies *Jabiru mycteria*, *Mesembrinibis cayanensis*, *Ara ararauna*, *Formicivora rufa*, *Fluvicola pica*, *Crypturellus undulatus*. Ao total já foram registradas 182 espécies.

- 3. No Princípio 1 é analisado o passivo trabalhista?

Nome: Fernando Rodrigues

Instituição: Professor - FCJP



Resposta:

O indicador “a”, do critério 1.3 da norma ABNT NBR 14.789:2012 estabelece a necessidade de “Evidência de que as questões previdenciárias de todos os trabalhadores florestais estão em conformidade com a legislação trabalhista”, a Egir apresenta como evidência as Certidões Negativas de Débitos de INSS e FGTS; comprovantes de pagamento dos funcionários (holerites), comprovantes de férias e do Décimo Terceiro Salário, comprovantes de atendimento às convenções coletivas do trabalho e/ou acordos com o sindicato da classe, evidenciando assim a conformidade com a legislação trabalhista aplicável e demais convenções do trabalho (OITs).

- 4. Como são realizados os projetos sociais?

Nome: Tais Souza

Instituição: Aluno – FCJP

Resposta:

Em 2013 foi realizado um Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental com o objetivo de fazer um levantamento inicial dos aspectos socioambientais relacionados ao Manejo Florestal nas regiões de João Pinheiro, Lagoa Grande e Paracatu. Esse diagnóstico constitui um referencial de como se estruturam e interagem os diferentes fatores e as diferentes esferas (econômicas, sociais e ambientais). Com base no diagnóstico e nos conhecimentos técnicos da equipe foram identificados os aspectos e impactos sociais.

Os projetos sociais são realizados de acordo com os aspectos socioeconômicos e ambientais identificados e suas abrangências. Visto que na região da fazenda não existe comunidade próxima, as ações são direcionadas para funcionários, famílias dos funcionários que residem na fazenda e comunidade escolar da região.

Os projetos são realizados com o objetivo de colaborar com a geração de trabalho e renda; ações sociais e conscientização ambiental.

A empresa prioriza a contratação da mão-de-obra local, contribuindo assim para a geração de trabalho e renda para os municípios vizinhos. E a compra local impulsiona os setores de serviços e comércio que na região estão entre os três segmentos que mais geram empregos na região. Também são contratados prestadores de serviços regionais, incentivando assim o empreendedorismo.



Tabela – Projetos socioambientais propostos para 2018.

Nome Projeto	Parte Interessada/ Beneficiado	Descrição
Projeto Reciclagem	Funcionários e Comunidade	Doação de resíduos recicláveis gerados pelas empresas para cooperativas de catadores de resíduos.
Educação Ambiental - Datas Ecológicas	Funcionários e alunos das escolas Rurais (localizado nas fazendas)	Realização de palestras, apresentação de vídeos, distribuição de panfletos sobre datas ambientais comemorativas.
Natal Solidário	Crianças das escolas rurais e instituições carentes.	Confraternização natalina nas escolas rurais ou instituições sem fins lucrativos: Lanche compartilhado; Decoração natalina; Amigo secreto com carta e brinde; Palestra.
Boas Práticas no Campo	Vizinhos e comunidade próxima as fazendas	Conscientização dos vizinhos sobre incêndio florestal, conversa ambiental e utilização de agrotóxicos.
Campanha de doação de sangue	Pessoas que necessitam de doação de sangue.	Campanha através de informativo sobre o dia nacional de doação de sangue (02 de dezembro)
Projeto Empreendedorismo	Comunidades vizinhas; familiares dos colaboradores; instituições sem fins lucrativos	Treinamento com parceria do SENAR para capacitação e incentivo à geração de renda.

- 5. Comentário: Elogios em relação a parceria com a EGIR.

Nome: Luzia Alcântara

Instituição: Centro Madre Teresa

5. CONCLUSÃO

Nesta auditoria de recertificação para início do 2º ciclo de auditorias de manutenção da Norma ABNT NBR 14789:2012, foi evidenciado que a organização EGIR COMERCIAL possui condições e



capacidade de continuar com o processo de certificação com duração do contrato de 5 anos pela BVC. Deve-se aqui considerar que toda auditoria tem um caráter amostral e que é a própria organização a responsável direta pela condução e gestão do seu manejo florestal sustentável. Na amostragem realizada não houve registro de nenhuma não conformidade.

Vale lembrar que não foi possível avaliar com detalhe todas as operações a serem realizadas, uma vez que as atividades de colheita e silvicultura dependem de fatores climáticos para serem programadas e da idade comercial dos plantios.

Nesta auditoria foi realizada a reunião de consulta pública no dia 22/08 em João Pinheiro, que transcorreu sem anormalidades e contestações do público presente. Foram realizadas visitas as entidades sociais e organizações não governamentais e partes interessadas na cidade de João Pinheiro. As informações sobre a participação das partes interessadas no atendimento aos itens do princípio 5 foram evidenciados através de registros neste relatório.

Como pontos positivos da EGIR COMERCIAL, verifica-se que a gestão de documentos e do atendimento legal, a existência de procedimentos objetivos, com controles operacionais adequados e sua Planilha de Aspectos e Impactos Ambientais, atuam de forma racional para o pleno desempenho do Plano de Manejo Florestal. Podemos destacar também os programas de incentivo a melhoria de saúde e higiene para os trabalhadores rurais e comunidade.

O BUREAU VERITAS CERTIFICATION, seguindo os procedimentos de auditoria do CERFLOR, é favorável a recertificação da empresa EGIR COMERCIAL, de acordo com o padrão normativo ABNT NBR 14789:2012.

A continuidade do processo de auditoria consiste na disponibilização deste Relatório de Auditoria para apreciação pública por 30 (trinta) dias.



7. ANEXOS

7.1. ANEXO I: Carta Convite de Reunião Pública e Questionário enviado às partes interessadas

7.2. ANEXO II: Pareceres de revisores técnicos

7.3. ANEXO III: Outros documentos pertinentes – Follow Up de Não Conformidade registrada na 4ª Auditoria de Manutenção na Egir Comercial Ltda., em agosto de 2017.

7.4. ANEXO IV: Outros documentos pertinentes – Lista de Presença dos Participantes na reunião de consulta pública ocorrida em João Pinheiro no dia 22/08/2018.